



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO-PPGE
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

GLEIBIANE MARTINS TAVARES

**PROCESSOS FORMATIVOS E A LUTA POR MORADIA DO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UFG
LINHA DE PESQUISA: TRABALHO, EDUCAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS**

ORIENTADOR: JOSÉ PAULO PIETRAFESA

**GOIÂNIA
OUTUBRO/2024**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese Outro*: _____

*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

Exemplos: Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

2. Nome completo do autor

GLEIBIANE MARTINS TAVARES

3. Título do trabalho

Processos Formativos e a luta por moradia do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
- b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação. O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **Jose Paulo Pietrafesa, Professor do Magistério Superior**, em 25/11/2024, às 16:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleibiane Martins Tavares, Discente**, em 27/11/2024, às 07:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4990588** e o código CRC **4B2451E7**.

Referência: Processo nº 23070.050820/2024-08

SEI nº 4990588

GLEIBIANE MARTINS TAVARES

**PROCESSOS FORMATIVOS E A LUTA POR MORADIA DO
MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação/FE da Universidade Federal de Goiás/UFG como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Educação.

Área de concentração: Educação
Linha de Pesquisa: Trabalho, Educação e Movimentos Sociais.

Orientação: Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa.

Goiânia, outubro de 2024

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

TAVARES, Gleibiane Martins
Processos Formativos e a luta por moradia do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) [manuscrito] / Gleibiane Martins TAVARES. - 2024.
XCI, 91 f.

Orientador: Prof. José Paulo PIETRAFESA .
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação,
Goiânia, 2024.

Bibliografia.

Inclui siglas, lista de figuras.

1. Cidades e periferização da classe trabalhadora . 2. Movimentos Sociais . 3. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto. 4. Luta por moradia . 5. Processos Educativos. I. PIETRAFESA, José Paulo , orient. II. Título.

CDU 37



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 51 da sessão de Defesa de Dissertação de **GLEIBIANE MARTINS TAVARES**, que confere o título de **Mestra em Educação** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGE/FE/UFG, na *área de concentração em Educação*.

Aos **vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro (29/10/2024)**, a partir das **08:30h**, nas dependências da Faculdade de Educação, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "**A Produção do espaço urbano e a luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)**". Os trabalhos foram instalados pelo Orientador, Prof. Dr. **José Paulo Pietrafesa (PPGE/FE/UFG)**, doutor em **Sociologia** pela **UnB**, com a participação dos demais integrantes da Banca Examinadora: Prof.^a Dr.^a **Gina Glaydes Guimarães de Faria (PPGE/FE/UFG)**, doutora em **Educação** pela **UFG** - integrante titular interna e Prof. Dr. **Aldimar Jacinto Duarte (PPGE/PUC-Goiás)**, doutor em **Educação** pela **UFG** - integrante titular externo. Durante a arguição os integrantes da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus integrantes. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **José Paulo Pietrafesa**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Integrantes da Banca Examinadora, aos vinte e nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa

Prof.^a Dr.^a Gina Glaydes Guimarães de Faria

Prof. Dr. Aldimar Jacinto Duarte

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Processos Formativos e a luta por moradia do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)



Documento assinado eletronicamente por **Jose Paulo Pietrafesa, Professor do Magistério Superior**, em 30/10/2024, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gina Glaydes Guimaraes De Faria, Professora do Magistério Superior**, em 30/10/2024, às 16:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Aldimar Jacinto Duarte, Usuário Externo**, em 25/11/2024, às 12:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4893494** e o código CRC **1F3ECC76**.

Referência: Processo nº 23070.050820/2024-08

SEI nº 4893494

PROCESSOS FORMATIVOS E A LUTA POR MORADIA DO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO (MTST)

Dissertação apresentada para defesa ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, para a obtenção do grau de Mestre, aprovada em 29 de outubro de 2024, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa (PPGE/FE/UFG)
Orientador e presidente da Banca

Profa. Dr^a. Gina Glaydes Guimarães de Faria (PPGE/FE/UFG)
Membro titular

Prof. Dr. Aldimar Jacinto Duarte (PPGE/PUC-GO)
Membro titular

DEDICATÓRIA

À minha filha Marina Vitória Martins Rodrigues e aos
meus pais, Marilda Martins de Carvalho Tavares e
Jaime Lino Tavares (*in memoriam*), com todo o meu amor e gratidão.

AGRADECIMENTOS

A Deus, digno de toda honra, toda glória e toda adoração, que me sustentou em todos os momentos, dando-me forças para prosseguir.

À minha filha Marina Vitória Martins Rodrigues, que foi minha companheira, não deixando desistir nos momentos mais difíceis.

Aos meus pais, Marilda Martins de Carvalho Tavares e Jaime Lino Tavares (*in memoriam*), pessoas que me colocaram no mundo e me deram todo apoio para a realização de meus sonhos, não medindo esforços para me ajudar.

Ao meu irmão Gleibe Martins Tavares, pela amizade.

À memória da professora Dr^a Maria Emília de Castro Rodrigues, que com sua sabedoria, compreensão e humanidade, que me inspira em minha formação acadêmica, profissional e pessoal.

Às minhas amigas Jéssica Lorryne da Silva e Valéria Mendonça Pereira, que durante a trajetória acadêmica e da vida sempre me apoiaram.

A toda equipe de profissionais da Escola Municipal Arão Fernandes de Oliveira, em especial, à Bruna Daniella G. de Carvalho Garcia, Andrea Patrícia Naves de Castro Rocha e Lorena Alves de Melo, que se organizaram da melhor forma para que eu pudesse cursar a pós-graduação.

Aos meus amigos da Escola Municipal Menino Jesus, em especial, Daniele Ângela de Rezende e Silva, Juliana Candido Queiroz, Deborah Aline Pereira Santana, Ilza Machado da Silva, Daniela Gomes Ribeiro (*in memoriam*) e Joel Paulino da Silva, que em momentos de fragilidade profissional e emocional me deram as mãos.

Às professoras Dr^{as}. Gina Glaydes Guimarães de Faria e Diane Valdez docentes do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação/UFG que fizeram e fazem toda a diferença na vida acadêmica, profissional e social dos discentes.

Aos educadores que perpassaram em minha vida desde a Educação Básica, contribuindo para a minha formação, em especial, ao professor Wildes Jesus Rodrigues.

Agradeço aos docentes do Instituto Federal Goiano – Campus Trindade: Ruth Aparecida Viana da Silva e Alex Tristão de Santana.

Ao professor José Paulo Pietrafesa, que, apesar dos desafios me orientou com toda paciência, atenção, amor e carinho.

LISTA DE SIGLAS

APMs	Áreas Públicas Municipais
CF	Constituição Federal
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte
EUA	Estados Unidos da América
FE-UFG	Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás
IBM	Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IESA	Instituto de Estudos Socioambientais
MCP	Movimento Camponês Popular
MPM	Movimento Popular por Moradia
MS	Movimentos Sociais
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra
MTST	Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
ONG	Organizações Não Governamentais
PD	Plano Diretor
PUC Goiás	Pontifícia Universidade Católica de Goiás
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TMR	Teoria de Mobilizações de Recursos
TNMS	Teoria dos Novos Movimentos Sociais
TPP	Teoria do Processo Político

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Número de Domicílios em Déficit Habitacional por Município 2021.....	58
Figura 2 – Notícia publicada no Diário da Manhã sobre atuação do MTST.....	60
Figura 3 –MTST – Contrate Quem Luta	63

RESUMO

A presente Dissertação tem como tema central a produção do espaço urbano, a formação humanizadora e a luta por moradia do Movimento dos trabalhadores Sem Teto (MTST). É integrada à linha de pesquisa Trabalho, Educação e Movimentos Sociais do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (PPGE-FE-UFG). A escolha do tema envolvendo o MTST estado de Goiás busca contribuir com a construção do conhecimento científico no campo acadêmico e social, a partir das análises das ações do movimento. Objetiva compreender como se deu a construção histórica desse Movimento, a fim de analisar a trajetória de luta pela moradia, problematizando como suas ações ocasionaram a transformação social e do espaço urbano, provocando mudanças nos enfrentamentos e nas relações entre seus integrantes. Refletir sobre como a dinâmica que empilha e compartimenta espaços nas cidades, exclui corpos. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental que se realiza a partir de materiais disponíveis, na qual se utilizam dados e/ou categorias teóricas já trabalhados anteriormente. Como resultado desta pesquisa, podemos concluir que o MTST possui, por meio de suas ações de militância, a formação humanizadora, estimulou projetos habitacionais e ainda possibilitou muitas pessoas a conquistarem a casa própria. Buscamos trabalhar com autores que discutem cidades, movimentos sociais e formação humana, tais como: Rolnik (1995), Carlos (1997), Lefebvre (1968), Warren (1989), Gohn (2011), Goulart (2011), Harvey (1954) e Frigotto (2010).

Palavras-chave: Cidades e periferização da classe trabalhadora. Movimentos Sociais. Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, luta por Moradia. Formação. Processos educativos.

ABSTRACT

This Dissertation has as its central theme the production of urban space, humanizing training and the struggle for housing by the Homeless Workers Movement (MTST). It is integrated into the Work, Education and Social Movements research line of the Postgraduate Program in Education, at the Faculty of Education of the Federal University of Goiás (PPGE-FE-UFG). The choice of the theme involving the MTST in the state of Goiás seeks to contribute to the construction of scientific knowledge in the academic and social field, based on analysis of the movement's actions. It aims to understand how the historical construction of this Movement took place, to analyze the trajectory of the struggle for housing, problematizing how its actions caused social transformation and urban space, causing changes in confrontations and relationships between its members. Reflect on how the dynamics that stack and compartmentalize spaces in cities exclude bodies. This is bibliographic and documentary research that is carried out using available materials, using data and/or theoretical categories already worked on previously. As a result of this research, we can conclude that the MTST has, through its militant actions, humanizing training, stimulated housing projects and enabled many people to achieve their own home. We seek to work with authors who discuss cities, social movements and human formation, such as: Rolnik (1995), Carlos (1997), Lefebvre (1968), Warren (1989), Gohn (2011), Goulart (2011), Harvey (1954) and Frigotto (2010).

Keywords: Cities and peripheralization of the working class. Social Movements. Homeless Workers Movement, fight for Housing. Training. Educational processes.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Seção I – Cidade – espaço de segregação e conflito.....	17
1.1 A formação das cidades e a construção das relações sociais a partir do espaço urbano	17
1.2 Urbanização do Brasil e a formação das periferias empobrecidas	22
1.3 Cidades contemporâneas como espaços de segregação social	29
1.4 Espaço urbano em disputa: uma análise crítica da produção do espaço e das lutas sociais	36
Seção 2 – Movimentos sociais e a construção dos movimentos sociais urbanos	42
2.1 Movimentos Sociais (MS).....	42
2.2 Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)	50
2.3 A formação urbana no Centro-Oeste e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)	55
Seção 3 – Educação humanizadora em movimento: uma análise da formação nos Movimentos Sociais a partir do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)	68
3.1 Movimentos Sociais e Processos Educativos	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS:	85

INTRODUÇÃO

Durante a graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Goiás (2009-2012), na disciplina de Núcleo Livre “Movimentos Sociais no Campo” ministrada no Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), foi realizado um trabalho em campo no Assentamento Canudos, situado na divisa dos municípios de Campestre e Guaporé-GO. Este fato marcou meu primeiro contato com as discussões que envolviam a organização do espaço geográfico, o uso da terra para a subsistência e as ações dos movimentos sociais para garantir seus direitos.

Na experiência de um curso de pós-graduação, realizada no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, o tema movimentos sociais emergiu novamente. Durante uma visita técnica na Ocupação Fidel Castro no Setor Vera Cruz, na cidade de Goiânia, realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), foi possível debater temas importantes, como a invisibilidade dos trabalhadores do movimento, ações dos militantes e as contribuições que as políticas públicas podem oferecer para a consolidação da luta pela moradia.

A escolha do tema de estudo sobre o histórico do MTST, enquanto luta de uma sociedade em constante transformação, surgiu a partir das inquietações levantadas durante a graduação, formação continuada e docência na educação básica. Anteriormente, o recorte da pesquisa se inclinava para o município de Goiânia, mas ao realizar o levantamento inicial do campo de estudo, verificamos a complexidade de encontrar materiais e produções acadêmicas que documentassem a pesquisa no município, redirecionando para um estudo mais amplo acerca do Movimentos Sociais Urbanos, com o recorte voltado para a consolidação do MTST e suas ações formativas.

Em uma conversa informal com um dirigente do movimento, em busca de materiais voltados para o Estado de Goiás, ele informou que a página da rede social traz algumas informações, porém com muitos dados relacionados ao Brasil, visto que as ações ainda se encontram em fase de consolidação. Neste momento da pesquisa, identificamos as dificuldades em encontrar dados e até mesmo entrevistar militantes. Assim, optamos por discutir a formação das cidades, a construção do movimento enquanto luta e a formação humanizadora dos militantes.

Inicialmente, pesquisamos sobre a consolidação das cidades enquanto espaço urbano; o que são os movimentos o sociais, como se organizam, suas principais reivindicações, a fim de compreender como surgiram os movimentos sociais urbanos, suas pautas e ações. Investigamos na literatura como se deu a formação histórica do MTST e como as ações do

movimento assume formas de contestação social frente ao capitalismo e contribui para formação dos militantes.

Para realizar a materialização desse objetivo, assumimos os seguintes objetivos específicos: investigar como se deu a formação das primeiras cidades, pautando no entendimento dos processos da urbanização e da expansão urbana dispersa; compreender como se deu a construção histórica e a trajetória da luta por moradia em Goiás a partir da estadualização do MTST; analisar o avanço das lutas por moradia digna; identificar como o MTST contribui para a formação de seus membros enquanto cidadãos ativos da sociedade.

Na lógica capitalista, a distribuição do espaço urbano ocorre por meio de uma seleção na qual é determinado o quê e quem ocupa determinado espaço. E como consequência dessa segregação espacial e social, ocorre a exclusão de pessoas e terrenos. Portanto ocupar, torna-se um ato de resistência dos trabalhadores.

Em Goiás, assim como no Brasil, sempre houve movimentos em prol da moradia¹, mobilizações que contribuíram para a consolidação do MTST. Contudo, foi a partir da primeira ocupação no ano 2015, que ocorreu uma das primeiras vitórias do MTST. Porém, o que essa conquista representou para os movimentos por moradia no país?

O recorte espaço-tempo recai na análise a partir de 1990 no que tange ao percurso traçado pelo MTST, visto que sua atuação teve início nesta década. O que possibilitou avaliar como vem se desenvolvendo o avanço da luta por moradia, bem como verificar as particularidades dessas ações no país.

Essa reconstituição foi, metodologicamente, utilizando a pesquisa qualitativa realizada com base na revisão da literatura e de dados disponíveis.

Para Martinelli (1998, p. 115):

A pesquisa qualitativa se insere no marco de referência da dialética, direcionando-se fundamentalmente, pelos objetivos buscados. O desenho da pesquisa qualitativa deve nos dar uma visibilidade muito clara do objeto, objetivo e metodologia, de onde partimos e onde queremos chegar.

A pesquisa documental foi realizada por meio dos dados fornecidos em reportagens, entrevistas e notícias publicadas em jornais e *sites*. Certeau (1982, p. 18) afirma que, “em história, tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar assim em ‘documentos’ determinados objetos repartidos de outra maneira”. Desta forma, delinearemos a construção do movimento.

¹ Ao longo de toda a história da formação das cidades, a luta pelo direito à moradia esteve presente.

Para se efetivar os objetivos da presente pesquisa, também utilizamos a pesquisa bibliográfica, que conforme Severino (2007, p. 122), realiza-se com o:

[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos.

De acordo com Lüdke e André (1986, p. 5), “O papel do pesquisador é justamente o de servir como veículo inteligente e ativo entre esse conhecimento acumulado na área e as novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa”. Por isso a revisão de parte da literatura temática adquire relevância no processo de pesquisa. Sendo assim, é fundamentado no conhecimento do pesquisador que o assunto estudado irá se desenvolver, visto que ele não é neutro e está implicado com os fenômenos que são desenvolvidos em sua pesquisa.

Para os autores Lüdke e André (1986), os dados qualitativos permitem apreender o caráter complexo e multidimensional dos fenômenos e capturam variados significados das experiências vividas no ambiente, auxiliando a compreensão das relações entre as pessoas, seu contexto e suas ações. A sua capacidade de contribuir para a pesquisa é a de oferecer construtos importantes como a criatividade e o pensamento crítico.

No extenso e diverso campo de abordagens relacionadas à concepção de Movimento Social (MS), procuramos nos apoiar na concepção de MS, que possui como base o marxismo, para problematizar como é dada construção do MTST em Goiás.

Os movimentos sociais no Brasil possuem uma longa trajetória. Nela podemos observar suas raízes no período colonial, resultado das lutas e demandas de diferentes grupos da sociedade que buscavam promover mudanças e transformações em diversas áreas.

Há 500 anos, desde a chegada do colonizador português, começaram as lutas contra o cativo, contra a exploração e conseqüentemente contra o cativo da terra, contra a expulsão, que marcam as lutas dos trabalhadores. Das lutas dos povos indígenas, dos escravos e dos trabalhadores livres e, desde o final do século passado, dos imigrantes, desenvolveram-se as lutas camponesas pela terra. Lutas e guerras sem fim contra a expropriação produzida continuamente no desenvolvimento do capitalismo (Fernandes, 1996, p. 2).

Para a construção desta pesquisa, adotamos o conceito de MS abordado por Scherer-Warren (1989, p. 20):

Movimentos Sociais como uma ação grupal para a transformação (á práxis) voltada para a realização dos mesmo objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção).

O MTST dedica-se a reivindicar e mobilizar a população em prol da ocupação de terras urbanas. Trata-se de um movimento social que une diversas gerações de ativistas na busca por seus direitos assegurados na Constituição Federal (CF) brasileira de 1988. Nesse contexto, conforme a CF, o Estado tem a responsabilidade de assegurar direitos fundamentais, incluindo moradia digna a todos os cidadãos brasileiros, sem distinção.

Para executar esse dever, o Estado arrecada impostos que deveriam ser direcionados para benefícios dos cidadãos.

Ao realizarmos a distinção entre MS e organizações, iremos nos apoiar no conceito abordado por Cotrim (2009, p. 41)

Na vida cotidiana, mantemos diversos vínculos organizativos que expressam nossa maneira de viver socialmente. Estes nos dão a segurança e muitas vezes a satisfação de pertencermos à sociedade local. Para exemplificar: pertencemos a organizações nas dimensões religiosa, política, cultural, econômica, acadêmica, etária, de lazer, entre outras.

Como destacado por Cotrim (2009), ao vivermos em sociedade procuramos nos associar em diferentes organizações com o objetivo de nos sentirmos seguros e ter o sentimento de pertencimento a um lugar dentro da sociedade. As organizações que podem ser de várias categorias: cultural, acadêmica, etária, de lazer etc.

Os movimentos sociais, embora sejam uma forma de organização, possuem uma função principal que é de cobrar e propor mudanças sociais. Além disso, os cidadãos têm a possibilidade de construir identidades para se sentirem partícipes das lutas pelos seus direitos que muitas vezes são negados devido aos interesses capitalistas. Podemos dizer, então, que os movimentos sociais são uma forma de organização que auxiliam na formação das pessoas enquanto cidadãos ativos e participativos da sociedade.

O MTST surgiu no fim da década de 1990 devido ao grande problema que o Brasil ainda possui em relação ao déficit habitacional. O movimento defende a Reforma Urbana, ou seja, compreende que a moradia deve ser considerada como um valor social e não como um valor de mercado, que visa somente o lucro.

Para prosseguir em nossa pesquisa, dividimos esta dissertação em sessões assim organizadas.

Na seção 1, com objetivo de expor elementos que contribuam com a reflexão da temática desta pesquisa, apresentamos como se deu a formação das primeiras cidades e quais foram as principais particularidades que transformaram o urbano enquanto uma construção histórica e social. A reflexão acerca desse enredo se dá por meio da reflexão dos conceitos trabalhados pelos autores Carlos (1997), Lefebvre (1968), Rolnik (1995) e Santos (1993).

A partir da sistematização e seleção das informações coletadas nos documentos disponíveis, construímos a seção 2 deste trabalho. Realizamos uma análise dos conceitos de MS abordados por autores como Warren (1989), Gohn (2011), Alonso (2009) e Barker (2014). Após, o aprofundamento dos conceitos de Movimentos Sociais urbanos no Brasil, iniciamos a trajetória da construção do MTST.

A educação não se resume à educação escolar. Há aprendizagens e produção de saberes em outros espaços. Um exemplo de espaço educativo é a participação social em movimentos e ações coletivas. Sendo assim, a seção 3 identificou como o Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto traz em sua trajetória de luta a dimensão da Educação. Para isso, o apoio em autores como: Brandão (2013), Frigotto (2012) e Gadotti (2003). Por fim, nossas considerações finais e as referências utilizadas na construção desta pesquisa.

Seção I – Cidade – espaço de segregação e conflito

Esta seção apresenta reflexões sobre o conceito de Cidade, sobre a criação dos espaços urbanos e a formação das periferias no Brasil. Isso ocorre por meio de um diálogo para se pensar a Cidade, a urbanização e o capital como um processo da transformação das sociedades modernas residentes nestes espaços.

Os objetivos desta seção é compreender como se deu a construção das cidades e o início da periferização em seus entornos. Buscamos analisar como a disputa pelo espaço provoca crises sociais e definem a totalização do urbano, impulsionando a consolidação dos movimentos sociais. Fatores que promoveram a análise de como as mudanças sociais e econômicas afetaram a construção do urbano brasileiro e resultaram na exclusão de pessoas empobrecidas pelo processo de concentração de capitais e exploração do trabalho.

1.1 A formação das cidades e a construção das relações sociais a partir do espaço urbano

Será que a cidade é apenas o espaço e as edificações construídas? Vários autores buscaram conceituar o que são as cidades, principalmente, após as transformações decorrentes da Revolução Industrial a partir do século XVIII. Essas definições sobre as cidades não se anulam. Refletem as visões teóricas de cada autor e período da história. As cidades possuem uma história, são dinâmicas e surgem da necessidade de organizar um determinado espaço. Esse percurso histórico se torna essencial para compreensão da natureza de cada uma delas.

Pode-se dizer, a princípio, que a cidade nasce da necessidade de se organizar um dado espaço no sentido de integrá-lo e aumentar sua independência visando determinado fim. Isto é, a sobrevivência do grupo no lugar, e o rompimento do isolamento das áreas agora sob sua influência (Carlos, 1997, p. 57).

As reflexões de Carlos (1997) se identificam com as de Lefebvre (1968 p. 57), que na década de 1960 definiu a cidade como "[...] uma realidade presente, um dado prático, sensível e arquitetural". Ou seja, as duas definições reverberam a natureza complexa que configura a cidade enquanto espaço de integração, conflitos e transformações sociais. Contudo, vale ressaltar que todo esse processo de organização da cidade não acontece de maneira homogênea e pacificadora, mas emergem em meio às tensões e contradições que norteiam sua estruturação e dinâmica social.

Para Lefebvre (1968), a cidade se estrutura em conformidade com os meios de produção, inaugurando conflitos específicos, como a acumulação do capital, a explosão das

periferias dentre outros. O modo de vida foi se constituindo e comporta sistemas de valores. Neste sentido a formação das cidades é ao mesmo tempo a configuração de novas relações na sociedade moderna, criando formas novas de conflitos e contradições. Ainda nessa perspectiva, o autor expõe que:

Quando a exploração substituía opressão, a capacidade criadora desaparece. A própria noção de “criação” se detém ou degenera, miniaturizando-se no “fazer” e na “criatividade” (o “faça-você-mesmo” etc.). O que traz argumentos para apoiar a tese: a cidade e a realidade urbana dependem do valor de uso. O valor de troca e a generalização da mercadoria pela industrialização tendem a destruir, ao subordiná-las a si, a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância e de uma revalorização do uso (Lefebvre, 2012, p. 14)

A partir do exposto pelo autor, é notório observar que a industrialização e o surgimento do capitalismo concorrencial resultam na configuração do contexto urbano, no qual a cidade é transformada em uma mercadoria com valor de troca. Consequentemente, atribui uma lógica de produção e consumo que sobrepuja a valoração dos espaços urbanos de modo a gerar desigualdades, bem como limitação do acesso de forma democrática à cidade. Pode-se dizer que a relação das pessoas com a cidade é antidemocrática e hierarquizada, demarcada como uma mercadoria que é disputada no mercado, pois não são todos que conseguem usufruir dos espaços que são proporcionados. A cidade não é algo que pertence a todos.

Santos (1993), em conformidade com essa perspectiva, em uma análise sobre a influência da globalização nas dinâmicas urbanas, alerta para o fato de que muitas cidades são moldadas por forças externas, dentre estas, os interesses econômicos internacionais. Isso pode resultar em uma urbanização que prioriza o lucro em detrimento das necessidades e da qualidade de vida da população. A fragmentação espacial e social nas cidades brasileiras, evidencia como as desigualdades se manifestam no acesso a serviços básicos, infraestrutura e oportunidades.

Sobre tal contexto, Rolnik (1995) aponta que o surgimento das primeiras formas de moradia, eram também áreas que possuíam um templo religioso, os zigurates². Assim, as primeiras cidades não surgem apenas para acolher a vida humana, mas também eram locais utilizados para enterrar os corpos daqueles que vieram a falecer. Esse cenário mudou quando os seres humanos dominaram a agricultura e produziram seu alimento por meio da terra, deixando de ser nômades, “[...] a cidade, enquanto local permanente de moradia e trabalho, se implanta quando a produção gera um excedente, uma quantidade de produtos para além das necessidades de consumo imediato” (Rolnik, 1995, p. 16).

² Zigurates - templos que apareceram na planície da Mesopotâmia em torno do terceiro milênio antes da era cristã (Rolnik, 1995, p. 13).

A partir de então, o ser humano começa a moldar as cidades, que passa a possuir algumas particularidades tais como: intenso fluxo de pessoas, comércio intenso, demandas relacionadas ao saneamento básico (a exemplo da oferta de água potável, coleta e tratamento de afluentes), modernização dos meios de produção, necessidade de infraestrutura adequada ao crescimento, expansão dos limites físicos, desafios ambientais e sociais (como a escassez de emprego e moradia, falta de planejamento, destinação aos resíduos sólidos dentre outras), que transformam o urbano.

Tal afirmativa colabora com o descrito sobre as cidades por Castells e Borja (1996, p. 153) que apontam:

As cidades como atores sociais não se confundem com o governo local, porém, obviamente, incluem-no. A cidade se expressa melhor como ator social na medida em que realiza uma articulação entre administrações públicas (locais ou não), agentes econômicos públicos e privados, organizações sociais e cívicas, setores intelectuais e profissionais e meios de comunicação social. Ou seja, entre, instituições políticas e sociedade civil.

Rolnik (1995) utilizou categorias para caracterizar as cidades “como um imã” que atrai as pessoas por vários tipos de necessidade; seja ela religiosa, comercial ou em busca de trabalho. A autora também define a cidade “enquanto uma escrita”. Com a concentração de população dentro das cidades, ela começa a ganhar espaço e deixa de depender das condições naturais do território. O ser humano passa a modificar os elementos da natureza, transformando a cidade. Assim, a cidade acaba sendo praticamente escrita como forma geométrica e, desta forma, podemos ler as cidades por meio de suas formas e conteúdo, que podem se modificar através do tempo.

É evidente o paralelismo que existe entre a possibilidade de empilhar tijolos, definindo formas geométricas, e agrupar letras formando palavras para representar sons e idéias. Deste modo, construir cidade também significa uma forma de escrita. Na história, os dois fenômenos – escrita e cidade – ocorrem quase simultaneamente, impulsionados pela necessidade de memorização, medida e gestão (Rolnik, 1995, p. 15-16).

Outro elemento relevante a ser considerado sobre as cidades é a questão política que organiza a sociedade. Para construir e morar em cidades, resulta necessariamente em viver na coletividade, e, conseqüentemente, a necessidade da gestão da vida coletiva, partindo de relações de poder, sendo reforçadas pelos aparelhos ideológicos e repressivos do Estado. Essa cidade que reúne as pessoas, que também é uma escrita e que possui sua dimensão política, aumenta as possibilidades de troca e colaboração e conseqüentemente a capacidade produtiva (Rolnik, 1995).

Em consonância com essa perspectiva da relação cidade e escrita, podemos observar o pensamento de Santos (1988) quando afirma que há uma natureza dinâmica e evolutiva da paisagem urbana, ou seja, explicita que o surgimento nesta não ocorre de forma repentina, mas sim é resultante de um processo de reescrita com acréscimos e substituições. Neste espaço, as intervenções são reflexos de uma lógica produtiva e de acordo com as necessidades do período ao qual se relaciona. Em suma, a configuração da paisagem urbana envolve o tempo, uma herança e um resumo de vários momentos, de maneira que é possível dizer que as cidades são uma construção histórica e social em constante modelagem pelas gerações e contextos socioeconômicos.

Cada sociedade urbana terá sua forma de organizar a cidade. Rolnik (1995) em sua obra, segue o padrão do que é estabelecido pelo Estado Europeu. Vale ressaltar que os povos originários da Ásia, África e da América organizavam suas cidades de acordo com suas particularidades, visto que a organização desses espaços tem uma ligação com o modo de produção (Rolnik, 1995).

Em consenso com essa conjectura, podemos citar Paiva (2015, p. 19) ao relatar que:

Dependendo dos ideais de cada civilização e de cada período da história das cidades, as mesmas têm propósitos diferentes. Enquanto os gregos procuram a ligação espiritual ao lugar, os romanos procuram locais planos e estratégicos que, permitem aplicar o plano geral das cidades romanas. No caso da população medieval, a cidade resulta da escolha de lugares defensivos e de sobrevivência, adaptando-se à topografia.

Assim, com base em Rolnik (1995) e Paiva (2015), compreende-se que o padrão europeu das cidades herdava características das cidades gregas e das cidades romanas que possuíam locais para debates políticos, que poderiam ser frequentados pelos cidadãos (aqueles que possuíam propriedades de terra, propriedade de escravos e riqueza). Ou seja, a cidadania já inicia sua trajetória limitada a algumas pessoas. Essas peculiaridades nos dá a possibilidade de compreender o conceito de cidadania na sociedade atual, que ainda não consegue ser difusa para todas as pessoas. É evidente o entendimento das bases históricas da cidadania, assim como os desafios ainda presentes na busca por sua universalização.

Por mais que as cidades contemporâneas sejam descentralizadas, existe uma hierarquia muito rígida. As divisões do trabalho estabelecem as funções de cada um dentro dela. Há sempre uma disputa pela apropriação do espaço, seja pelo capital ou pelo coletivo humano através dos movimentos sociais.

Rolnik (1995) nos indicou que as cidades clássicas se modificaram no decorrer do tempo. Com o aumento da população e a divisão do trabalho, teremos o meio rural produzindo

produtos agrários e o meio urbano onde se concentra principalmente os administradores, os artesãos, os intelectuais e posteriormente a classe operária. Essa divisão do trabalho acontece entre o urbano e o rural e entre cidades.

É como se a cidade fosse um imenso quebra-cabeças, feito de peças diferenciadas, onde cada qual conhece seu lugar e se sente estrangeiro nos demais. É a este movimento de separação das classes sociais e funções no espaço urbano que estudiosos da cidade chamam de segregação espacial (Rolnik, 1995, p. 26).

A divisão do trabalho será fundamental para segregar os espaços e não ficará limitada apenas ao campo do trabalho, pois também irá se referir aos espaços. Um trabalhador pobre só terá acesso aos espaços pouco valorizados. Ou seja, a cidade como produtora do capitalismo é uma sociedade contraditória que cria territórios com grande prestígio e outros totalmente abandonados pelo poder público. À vista disso, para Rolnik (1995, p. 26), é possível notar que “[...] do ponto de vista político, a segregação é produto e produtora do conflito social. Separa-se porque a mistura é conflituosa e quanto mais separada é a cidade, mais visível é a diferença, mais acirrado poderá ser o confronto”.

A riqueza de algumas áreas revela poder e a opulência das elites, enquanto algumas áreas e guetos da periferia demonstram o deslocamento e a marginalização dos pobres. Muitas cidades modernas são dominadas por espaço privados, como *shoppings* e prédios comerciais construídos a serviço do capital. Isso ocasionou a diminuição dos espaços públicos e democráticos, no qual as pessoas poderiam se relacionar com igualdade. Uma situação que causa exclusão social.

Um dos aspectos mais fascinantes das cidades é que ela é ambiente que tanto reflete como cria a sociedade. Retrata a combinação de poderes, identidade diversas e jeito de ser. Os espaços urbanos são moldados pelo estado e cria ambiente para satisfazer a necessidade do capitalismo. Por conseguinte,

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas. Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho (Santos, 1988, p. 10).

Ao refletir sobre os pensamentos de Rolnik (1995) e Santos (1988), observamos que ambos expõe uma concepção sobre a segregação do espaço em uma característica relacionada com a fragmentação da realidade urbana.

Rolnik (1995) faz uso da linguagem metafórica, na qual descreve a cidade como um "quebra-cabeças". Demonstra essa fragmentação da tessitura urbana, na qual há uma predeterminação de ocupação de um lugar para cada grupo social, sem ligação ou convivência

com os demais grupos. Essa segmentação resulta na segregação de classes e funções, e consequentemente na ampliação das desigualdades sociais e limitação de oportunidades de desenvolvimento individual e coletivo.

Santos (1988), por sua vez, evidencia a natureza relacional do espaço na qual a configuração é inerente à interação entre a natureza, a sociedade e o trabalho. Percebe que a segregação espacial, nessa constituição, caracterizada pela negação dessa relação, ocorre com o surgimento de barreiras artificiais para o impedimento da interação entre os diferentes grupos sociais e a fruição plena do espaço urbano.

Para os autores supracitados, a segregação do espaço sugere que é necessário refletir sobre a organização das cidades com o objetivo de superação da fragmentação e a construção de espaços que promovam a justiça, inclusão e colaborem para o desenvolvimento do humano.

1.2 Urbanização do Brasil e a formação das periferias empobrecidas

Durante séculos, o Brasil foi um país agrário. A construção de grandes cidades e o processo de urbanização é uma condição extremamente recente do país. Inicialmente, a urbanização do território foi concentrada nas áreas litorâneas. Foi a partir do século XX que se tornou amplamente generalizada, tornando as cidades cada vez hierarquizadas e categorizadas (Santos, 1993).

No decorrer da história do Brasil, diante dos avanços do processo de globalização, Santos e Silveira (2002) destacaram três períodos da construção territorial do Brasil:

O primeiro, que dura até a Segunda Guerra Mundial, é anterior à unificação do território e do mercado. O segundo, com o Brasil unificado, teria como fator dinâmico a indústria e como objetivo a construção nacional. O terceiro coincide com o processo de globalização e vige até os dias de hoje (Santos e Silveira, 2002, p. 265).

No primeiro período, o poder advindo do Governo Geral, depois do Vice-reinado e no Império, era centralizador e não permitia a expansão do território. No século XIX, com a introdução da estrada de ferro, permite-se o uso mais dinâmico do território, dando início a uma nova integração. Situação que edifica Rio de Janeiro e São Paulo, que passam a possuir relações mais amplas, em áreas polarizadas (Santos e Silveira, 2002).

A problemática urbana teve sua origem no decorrer do processo de industrialização, que foi marcado por desigualdades sociais e espaciais, forçando um processo migratório gigantesco de populações rurais empobrecidas e expropriadas da posse e do uso das terras

férteis. Evidenciou-se, assim, uma urbanização excludente e segregadora, ampliando a ocupação de espaços periféricos nas cidades.

O processo de urbanização das cidades, e sua respectiva periferização empobrecida, é caracterizado por uma distribuição desigual de recursos, serviços e oportunidades entre as diferentes áreas urbanas, resultando na formação de espaços fragmentados. Gera concentração de riqueza, falta de planejamento urbano e a marginalização de determinados grupos sociais nos centros urbanos (Santos, 1993).

As cidades extremamente enriquecidas influenciam o surgimento de novas cidades locais ao seu redor. As grandes cidades se transformam em uma categoria de periferia que atrai e mantém pessoas em situação de vulnerabilidade social. As promessas de emprego, o desenvolvimento da tecnologia, dentre outras condições, são limitadas, fazendo com que os trabalhadores vivam em condições sub-humanas e que a crise urbana se espalhe (Santos, 1993).

Apesar do crescimento de determinadas atividades, a população fica cada vez mais pobre e sem condições básicas de sobrevivência. O modelo socioeconômico da cidade, movido pelo capitalismo, faz com que ela seja a criadora da pobreza em si (Santos, 1993).

Especialmente em épocas mais recentes, a urbanização brasileira tem mostrado uma crescente ligação com a pobreza. O meio rural brasileiro exclui os menos favorecidos, levando trabalhadores da agricultura para áreas urbanas. A industrialização gera menos empregos do que a demanda precisa e o setor de serviços combina formas modernas com práticas mal remuneradas, sem garantia de ocupação (Santos, 1993).

Em conformidade com essa afirmativa, Gohn (1997, p. 300) esclarece que

Esta é uma das contradições do capitalismo neste final de século. Criou-se um sistema produtivo mundial, fragmentado, altamente competitivo, baseado na qualidade e no preço dos produtos e ao mesmo tempo gerador de mais miséria porque reduz o número de trabalhadores por unidade produtiva, gerando, portanto, desemprego em massa.

Nos últimos anos do século XIX e início do século XX, o crescimento demográfico das capitais apresentavam inconstâncias ou um aumento demorado em certos intervalos entre os censos. Porém, a partir do final da Segunda Guerra Mundial aconteceu um crescimento sustentado em todas elas (Santos, 1993).

Para Santos (1993), a base econômica das capitais dos estados brasileiros, até o término da Segunda Guerra Mundial, era majoritariamente agrícola, associada às atividades administrativas públicas e privadas, sobretudo as de caráter público, na sua área de influência. Esse modelo econômico contribuía para oscilações ou uma estagnação relativa no crescimento

populacional das cidades, impactadas diretamente ou indiretamente pelos acontecimentos nas áreas rurais.

Após a Segunda Guerra Mundial, a influência das capitais no contexto urbano e na população das cidades cresceram. Nos estados onde a atividade extrativista era predominante, havia uma maior concentração de pessoas vivendo nas capitais (Santos, 1993). Em consonância, Paiva (2015, p. 43) relata que:

O crescimento do subúrbio intensifica na cidade moderna, primeiramente com a deslocalização das fábricas para a periferia que necessitam de mais espaço, deslocalizando alguma da população para essas zonas, e posteriormente, com o aparecimento dos transportes coletivos, permite que a população possa morar no centro, sem ter que ficar próxima das indústrias. Essa liberdade aumentará com a invenção do automóvel, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, em que o veículo individual se intensifica.

Durante vários séculos, o Brasil era composto por diferentes espaços que se desenvolviam de acordo com dinâmicas próprias, em grande parte influenciadas por suas interações com o exterior. Dentro de cada um desses espaços específicos, havia polos dinâmicos internos. No entanto, esses polos raramente mantinham relações significativas entre si, carecendo de interdependência (Santos, 1993).

A transformação começou a acontecer na segunda metade do século XIX, quando o estado de São Paulo emergiu como um polo dinâmico. Inicialmente impulsionado pela produção de café, esse estado passou a abranger uma vasta área que se estendia pelos estados ao sul, e posteriormente, de forma incompleta, também envolveu o Rio de Janeiro e Minas Gerais (Santos, 1993).

A partir dessa nova dinâmica, o processo de industrialização avançou, dando destaque a essa região, principalmente ao polo dinâmico do estado de São Paulo. Isso semeou as bases para uma situação de concentração que persistiria ao longo do tempo, mesmo que em cada período se manifestasse de maneira específica (Santos, 1993).

Esse primeiro momento vai até a década de 1930, pois a partir dos anos 1950-1960, a lógica predominante foi a da industrialização. No entanto, o termo "industrialização" não pode ser interpretado estritamente como a criação de atividades industriais em lugares específicos, mas em um sentido mais abrangente. Essa nova dinâmica econômica transcende o âmbito regional e se estabelece em nível nacional (Santos, 1993).

Entre 1940 e 1980, houve uma verdadeira inversão no local de residência da população brasileira. Em 1940, a taxa de urbanização era de 26,35%, enquanto em 1980 atingiu 68,86%. Em 40 anos, a população total do Brasil triplicou, enquanto a população urbana cresceu mais de sete vezes e meia. Entre 1960 e 1980, a população residente nas cidades experimentou um

aumento impressionante, chegando a cerca de cinquenta milhões de novos habitantes. Além disso, entre 1980 e 1990, enquanto a população total cresceu 26%, a população urbana aumentou em mais de 40%, ou seja, aproximadamente trinta milhões de pessoas (Santos, 1993).

Durante os anos da década de 1960, há um ponto de inflexão significativo. Nos decênios entre 1940 e 1950, bem como entre 1950 e 1960, o aumento anual da população urbana em números absolutos era menor que o crescimento da população total do país. Nos anos 1960-1970, esses dois números se aproximavam, e na década de 1970-1980, o crescimento numérico da população urbana já ultrapassava o da população total. Esse fenômeno impulsionou um acelerado processo de urbanização que atingiu um novo patamar, consolidado na década seguinte. O intenso processo de urbanização que se desencadeou após a Segunda Guerra Mundial ocorreu em paralelo a um significativo crescimento demográfico (Santos, 1993).

A urbanização torna-se um fenômeno cada vez mais complexo e diferenciado devido à multiplicação de elementos que passam a influenciar, como a modernização agrícola, variando de acordo com os lugares e produtos. Há uma inclinação para a especialização regional na produção, resultando na formação de regiões agrícolas modernas, cada uma com características distintas, desde o nível de capital empregado até a natureza dos produtos químicos utilizados e os requisitos de mão de obra e informação (Santos, 1993).

Sobre isso Santos, dos Santos Amaral e Nascimento, (2023, p. 14) refletiram:

No Brasil, esse fenômeno pode ser dividido em três períodos, onde cada qual seguiu um tipo de “padrão”: o da colonização (que termina em meados da década de 1930); o da industrialização (que ocorre entre os anos de 1930 a 1970) e o da globalização, que se inicia nos anos de 1970 e perdura até os dias de hoje. Tais mudanças ocorreram de modo desigual, em que os grandes centros urbanos receberam mais investimentos. Em detrimento disso, houve o êxodo rural, que fez surgir o exército industrial de reserva. Outrossim, as desigualdades foram intensificadas, ocorreu a favelização, aumento da violência, falta de oportunidades de emprego, entre outros aspectos.

A modernização dos sistemas de transporte acompanha a expansão das comunicações. Isso se manifesta na criação de uma rede de comunicação via ondas e, mais tarde, através de satélites. Os avanços nas comunicações proporcionam uma nova escala ao comércio, gerando um aumento substancial na circulação, contribuindo para um crescimento adicional do processo de urbanização (Santos, 1993).

O capitalismo se expande nas áreas rurais, alterando a relação entre trabalho e capital e reduzindo a necessidade de trabalho manual. Isso destaca formas sociais anteriormente menos relevantes, como o trabalhador agrícola não urbano, influenciando a nova urbanização.

A modernização no campo envolve tarefas além da produção material, conectando-se ao trabalho intelectual. No contexto brasileiro, essas mudanças estão associadas ao movimento de terciarização e urbanização (Santos, 1993).

O grande número de migrações, rural-urbanas e urbano-urbanas, mostra que os aspectos territoriais são fundamentais para entender as diferentes formas de evolução da sociedade. O território, moldado por condições naturais e históricas, é intrincado, influenciando a evolução social, econômica e política. Para entender a urbanização, é crucial analisar sua regionalização, observando como os fatores de mudança operam em locais diversos. A antiga rede urbana, determinada pelas relações entre cidades, agora incorpora outros elementos capazes de receber e emitir diversos tipos de fluxos, criando novas relações sobre o território, complicando o fenômeno da urbanização. Hoje, o urbano transcende suas fronteiras tradicionais e se entrelaça com todos os outros aspectos da vida (Santos, 1993).

Como resultado, temos a formação de um espaço brasileiro altamente diferenciado e muito mais complexo em sua definição do que no período anterior. No Brasil, observa-se um fenômeno concomitante de metropolização e desmetropolização, em que cidades grandes e médias são criadas simultaneamente, com um aumento demográfico semelhante. Isso ocorre em grande parte devido à dinâmica complexa entre a geração de riqueza e pobreza no mesmo território (Santos, 1993).

No sistema urbano, observa-se, portanto, uma tendência crescente à diferenciação e à complexificação. As cidades tornam-se cada vez mais distintas entre si. A diferenciação decorre das disparidades nas demandas e respostas, manifestadas não apenas nos locais, mas também nos produtos, nos níveis de tecnicidade e na capacitação. A complexificação, por sua vez, resulta das atividades agrícolas atuais, as quais, ao requererem conhecimento, sabedoria e trabalho intelectual, tornam a organização social de cada cidade mais variada e densa em informações. Experimentamos agora um novo estágio na integração territorial brasileira, marcado por uma qualidade renovada no sistema urbano. Isso não ocorre apenas devido à maior densidade na configuração territorial, mas também em virtude de sua intensificação (Santos, 1993).

Em suma, evidencia-se uma verdadeira transformação, uma vez que o ambiente urbano experimentou mudanças significativas. As discrepâncias contemporâneas entre a cidade e o campo apresentam uma diversidade marcante em comparação ao entendimento que tínhamos há algumas décadas.

O desenvolvimento urbano no Brasil frequentemente ocorreu de maneira desigual e excludente. Santos (1993) destacou como a urbanização, muitas vezes, promoveu a

concentração de riqueza e recursos nas grandes cidades, deixando vastas áreas periféricas marginalizadas. Como foi explicitado também por Santos, dos Santos Amaral e Nascimento, (2023, p. 6)

Assim sendo, a urbanização é um processo que se encontra em constante mudança, ocorrendo de forma desigual, onde os espaços favorecidos por investimentos continuam sendo favorecidos, e os desfavorecidos assim permanecem (PINHEIRO, 2007). É o que se denomina de “retroalimentação positiva”, “[...] nos quais os resultados de certas relações e decisões econômicas contribuem para sua própria continuidade” (IBGE, 2020, p. 70). Os trabalhadores, por sua vez, de modo geral, têm de sujeitar-se à habitação em locais periféricos e precários.

Pensar na criação e formação das periferias no Brasil, é refletir sobre um processo de exclusão social que vem sendo construído ao longo do tempo. Normalmente as cidades brasileiras crescem de forma horizontal, sendo que nas regiões mais nobres abrigam serviços de comércio, serviço bancário e possuem toda a infraestrutura necessária. Enquanto nas periferias muitas vezes nem mesmos os serviços básicos como água tratada, rede de esgoto e até mesmo a iluminação pública não existem ou são precários.

Desde o século XX, as cidades passaram abrigar a maior parte da população mundial, assim como ocorre no Brasil, assumindo assim uma importância inédita na qualidade de vida das pessoas e até mesmo na sobrevivência do ser humano. Como enfatiza Santos (2017 p. 432), “[...] o diálogo entre a compactação e expansão das cidades se apresentou mesclado aos ciclos econômicos sociais...” De modo que a construção e até mesmo expansão das cidades está relacionada aos interesses capitalistas.

Na América Latina, o processo de criação das cidades tem sido realizado por meio de mecanismos do mercado híbridos entre a formalidade e informalidade. Isto é, em muitas ocasiões, pessoas que não possuem moradia tomam posse de uma determinada área e passam a residir nestes locais em condições precárias e sem qualquer infraestrutura necessária e apoio dos órgãos governamentais resultando numa forma de expansão da cidade informal. Mas por outro lado existem os bairros que são criados de forma planejada para atender aos interesses das classes mais privilegiadas, sendo que algumas ocasiões acontece a autosegregação com pessoas com mais recursos indo morar em condomínios fechados (Santos, 2017).

Como descreveu Matos (2012, p. 74)

A grande cidade é antes de tudo um espaço integrante da modernidade capitalista. É privatizada, segregada e segmentada, não obstante as tentativas de gestão democrática e participativa em muitas regiões urbanas. É dinâmica, excludente e desigual, mesmo que permeada de possibilidades e de novos tipos de arranjos institucionais envolvendo práticas inclusivas e novos atores.

Entender a cidade é compreender que ela existe para reproduzir os interesses da modernidade capitalista e, conseqüentemente, irá reproduzir as desigualdades e segregação que existe no sistema. Embora algumas cidades prometam ser o oásis das oportunidades, muitos encontram nestas somente preconceito, falta de emprego e oportunidades, muitas vezes, resultando numa vida vagando pela cidade em busca de um local para se abrigar. Em grande parte, acabam encontrando nas periferias o local de moradia.

Vários fatores podem contribuir para o surgimento de novas periferias. Matos (2012, p. 78) identificou alguns deles:

i) a geração de rendas diferenciadas; ii) as especializações de usos residencial e não residencial; iii) a configuração de áreas segregadas, conforme poder aquisitivo, condição étnica e social dos residentes; iv) as intervenções retificadoras ou “corretivas” do poder público revalorizando amplos trechos da cidade e beneficiando atores do mercado imobiliário; v) a redinamização do espaço urbano, e por via de consequência a expulsão para a periferia de residentes de áreas centrais (que não suportam o ônus imposto pelas novas centralidades).

O fenômeno dos mais pobres morarem em áreas mais afastadas das regiões centrais não se deve ao simples fato das grandes cidades (regiões metropolitanas) serem objetos dos interesses comerciais de grandes imobiliárias e empresários que veem no crescimento das cidades formas de ganharem ainda mais dinheiro. Para isso, promovem a criação de espaço como grandes condomínios residenciais (normalmente grandes torres verticais), construção de *shopping center*, construção de grandes hipermercados, tudo isso contribuindo para a “expulsão” das classes mais pobres para regiões longes destas construções.

Assim, as classes de maior renda habitam as melhores áreas, seja mais centrais ou, no caso das grandes cidades, quando nestas áreas centrais afloram os aspectos negativos como poluição, barulho, congestionamento, lugares mais distantes do centro. Buscam um novo modo de vida em terrenos mais amplos, arborizados, silenciosos, e com maiores possibilidades de lazer. À parcela de menor poder aquisitivo da sociedade restam as áreas centrais, deterioradas e abandonadas pelas primeiras, ou ainda a periferia, logicamente não a arborizada, mas aquela em que os terrenos são mais baratos, devido à ausência de infra-estrutura, à distância das “zonas privilegiadas” da cidade, onde há possibilidades de autoconstrução – da casa realizada em mutirão. Para aqueles que não têm nessa possibilidade, o que sobre é a favela, em cujos terrenos, em sua maioria, não vigoram direitos de propriedade (Carlos, 1997, ps. 48-49).

Enquanto a especulação imobiliária supervaloriza áreas específicas, a população de baixa renda ocupa espaços que são possíveis, devido à ausência de alternativas formais de moradia; situação que proporciona o processo da precarização. É possível observar que as periferias brasileiras combinam fatores tais como desemprego, subemprego e pobreza. No Brasil, mais da metade dos pobres vivem em cidades.

Um aspecto que cabe reflexão é perguntar-se: a cidade mais acolhe ou exclui os pobres? Que políticas públicas podem ser criadas para diminuir a pobreza e a miséria cada vez mais crescente nas cidades brasileiras?

Infelizmente está se tornando comum, ao circular pelas regiões centrais das cidades, encontrar famílias inteiras vivendo em situação de rua, dormindo ao relento. É urgente criar ações que promovam desenvolvimento dessa parte da população, dando-lhe oportunidades para sair das condições em que se encontra. As ações governamentais podem estar relacionadas a oferecer formação profissional, oportunidade de empregos e não apenas realizar transferência de renda.

1.3 Cidades contemporâneas como espaços de segregação social

As transformações urbanas acontecem o tempo todo. A sociedade construiu a história dos usos do território e são um organismo vivo e dinâmico em suas contradições e tensões. Uma das características mais perversas da expansão urbana é o fato de que essas cidades não possuem espaço para todos. Inicialmente, percebe-se o crescimento das desigualdades sociais. Em paralelo, a expansão urbana desordenada acaba ampliada por diferentes aspectos, dentre estes a industrialização e a migração rural-urbana, e, assim, surgindo o desequilíbrio entre a oferta e a demanda por moradia, serviços básicos e oportunidades de trabalho. Essa diversidade aponta para reflexo na concentração de renda, segregação espacial e condições de vida precarizadas para uma parcela considerável da população (Santos, Santos Amaral e Nascimento, 2023).

Santos, Santos Amaral e Nascimento (2023) ainda mencionam que, devido à falta do acesso à moradia digna e à infraestrutura, acaba acontecendo de muitas pessoas buscarem as partes periféricas das cidades para habitar de forma imprópria, sem acesso a serviços essenciais, tais como segurança, saneamento básico, dentre outros. Esse contexto resulta no surgimento de problemas sociais, tais como violência, criminalidade, alto índice de desemprego e doenças. A rápida expansão das cidades, sem um planejamento e investimento em infraestrutura, serviços essenciais de saúde e educação vão reverberar em problemas de desigualdades sociais e exclusão.

Carlos (1997) relatou que posterior aos anos 2000, observou-se uma intensificação da globalização que influenciou diretamente no desenvolvimento das cidades. A interconectividade global facilitada pela tecnologia da informação e comunicação transformou as cidades em espaços para compartilhamento de atividades culturais, econômicas e políticas em escala mundial.

Além disso, a sustentabilidade surgiu como uma preocupação central no planejamento urbano, com o aumento da conscientização sobre os impactos ambientais das atividades humanas. Nesse sentido, dá-se início a discussões sobre sustentabilidade nas cidades em termos de transporte, energia, gestão de resíduos e uso do espaço urbano, por meio de diferentes atores sociais, como aponta Alves (2018).

O modo de ocupação de um espaço é determinado partindo da necessidade da realização de alguma atividade: produção, consumo, habitação, lazer dentre outros. Carlos (1997) afirma que ocupar o espaço envolve o ato de produzir o local, tal necessidade resulta das forças produtivas, a produção dos meios de vida.

O surgimento de novos moldes de desenvolvimento urbano, por exemplo, as cidades inteligentes, utilizam tecnologias digitais para resolver problemas urbanos mais complexos, ao mesmo tempo que busca melhorar a eficiência dos serviços e a qualidade de vida dos cidadãos. É um processo que exige organização e planejamento. A inovação tecnológica desempenha um papel fundamental na criação de ambientes urbanos mais conectados, acessíveis e inclusivos (Abdala *et al.*, 2014).

É importante lembrar, segundo Abdala *et al.* (2014), que a inovação tecnológica se caracterizou na função norteadora para a construção de ambientes urbanos mais conectados, acessíveis e inclusivos. Porém, para tanto é preciso que se considere o desenvolvimento geográfico desigual, que visa entender como o capitalismo atua no espaço, as assimetrias e disparidades entre diferentes territórios.

Para Harvey (2022), a teoria do desenvolvimento geográfico desigual busca o entendimento de como funciona o capitalismo no contexto geográfico, de forma a demonstrar que o acúmulo de capital pode provocar alterações no espaço e nas formas de espacialidade, e por consequência promover as desigualdades entre os territórios.

E ainda, segundo Harvey (2022), é de suma importância para a compreensão da fase de globalização neoliberal do capitalismo. Não apenas nos esclarece sobre as espacializações do capital em várias escalas (global, nacional, regional, local), mas também nos permite entender as diversas lutas de classes. Se o capital se globaliza, conseqüentemente a luta de classes também se globaliza, embora não com a mesma intensidade de poder. O autor traz o termo globalização como parte essencial para compreensão da construção do mundo atual. Neste contexto, este pode ser interpretado tanto com um processo como uma condição econômico-política.

Abdala *et al.* (2014), ao discutirem as cidades inteligentes e sua contribuição para a sustentabilidade, evidenciam pontos relevante sobre o futuro da urbanidade. Ao contrapor

seus pensamentos, a partir das reflexões de Harvey (2022), no tocante à globalização, será possível notar os desafios e as oportunidades que são parte do contexto das cidades contemporâneas. Por exemplo, a globalização, conforme Harvey, é parte essencial do desenvolvimento capitalista, pois incentiva a busca pela acumulação de capital em diferentes espaços e contextos. Consequentemente, esse movimento culmina em progressos no âmbito tecnológico, com objetivo de redução dos custos e otimização do tempo de deslocamento, que são parte das características norteadoras das cidades inteligentes. Entretanto, de forma contraditória o mesmo sistema capitalista promove o crescimento da desigualdade e a expansão das periferias, de acordo com a lógica da globalização.

Em seus estudos, Abdala *et al.* (2014) compartilharam diferentes exemplos de formas como as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) trazem contribuições para um desenvolvimento sustentável. Dentre estas, a otimização do consumo de energia, a gestão inteligente de resíduos e a implementação de sistemas de transporte eficazes.

Todavia, ao pensar no potencial das cidades inteligentes, é preciso refletir sobre os aspectos contraditórios vinculados ao sistema capitalista globalizado. Sabemos que a lógica do acúmulo de capital, segundo Harvey (2022), pode gerar o uso indiscriminado de recursos naturais e o aumento de desigualdades sociais. Dessa maneira, ao planejar e desenvolver cidades inteligentes é preciso nortear-se em princípios éticos e sustentáveis, para promover o bem-estar da população e a proteção do meio ambiente. E ao considerar os estudos de Abdala *et al.* (2023), ao se pensar as cidades inteligentes, é preciso promover reflexões sobre um modelo de governança urbana participativa e transparente, que envolva ativamente os cidadãos na tomada de decisões.

As contribuições de Harvey (2022) e Abdala *et al.* (2014) demonstraram quão complexa pode ser a interconexão entre cidades inteligentes, sustentabilidade e globalização. O reconhecimento do contraditório presente no sistema capitalista e busca por soluções inovadoras e éticas, de modo a resultar no bem-estar da população e na preservação do meio ambiente para as futuras gerações.

Após a compreensão desses conceitos, é possível analisar mais profundamente o processo de globalização como um processo de produção de desigualdade temporal e geográfica no desenvolvimento.

Estamos falando de um processo global, de um novo império colonial sem bandeira nem rosto: as finanças globais. Desterritorializado e abstrato, fictício, especulativo por natureza – pois esse é o caráter do mercado financeiro: o jogo das expectativas e apostas futuras –, esse novo poder colonial ocupa as cidades, espacializa-se em paisagens para a renda capazes de garantir um fluxo de remuneração futura relacionado ao lugar, sob a forma de capital de juros (Rolnik, 2019 p. 2).

Esse processo não é novo. O que ajuda a compreender grandes transformações históricas que, antigamente, era limitado pelo caráter físico e imóvel do espaço. Agora, o imóvel pode ser completamente dominado pelas finanças, permitindo uma circulação quase ilimitada do bem, sem que ele seja individualizado ou saia do lugar. Em resumo, é a própria arquitetura que se torna intangível e passa a circular, por meio de tecnologias e fluxos de informação, representando apenas valor potencial ou expectativa futura de valor (Rolnik, 2019).

As novas paisagens são lidas a partir de suas relações com a organização do espaço e com o planejamento urbano, focando em dois elementos centrais: (i) sua gênese, suas origens históricas e transformações recentes e, sobretudo, (ii) sua relação com os territórios que não se organizam sob esta lógica, e que, na verdade, constituem a maior parte do mundo urbano contemporâneo: margens, suas contradições (Rolnik, 2019, p. 23). A estes territórios denominamos aqui paisagens para a vida. Enquanto Sposito (2004, p.120), ao falar sobre a periferia, paisagem urbana, afirma que “O tamanho da cidade determina a distância da periferia ao centro e, ao mesmo tempo, seu grau maior ou menor de homogeneidade e extensão. Assim, diferentes fatores concorrem para a formação da periferia”.

Ao analisar as perspectivas de Rolnik (2019) e Sposito (2004), podemos notar a presença da dicotomia entre as paisagens planejadas e as paisagens da vida. As primeiras surgem da modelagem feita pelo planejamento urbano, e, muitas vezes, estão ligadas aos interesses de mercado. As segundas emergem às margens como representatividade das formas de resistência à homogeneização e à exclusão.

O Estado tem papel fundamental na formação e na transformação contínua dessas paisagens. Com autoridade para definir as diretrizes de construção dessas formas e capacidade para implementá-las, o Estado emerge como um dos principais agentes das transformações, contradições e disputas em torno do território (Rolnik, 2019).

A eliminação de qualquer barreira regulatória à circulação global de ativos financeiros, a predominância da propriedade individual registrada é um fator crucial para transformar o espaço construído em um ativo financeiro negociável nos mercados globais. Para Folly (2023), os chamados ativos financeiros podem ser definidos como uma representação dos direitos de propriedade ou ainda em algo de valor. Vale ressaltar que estes não possuem forma física. Sua existência se dá no contexto do digital ou no formato de documentos.

No âmbito da ação direta sobre os territórios, são instaurados mecanismos propiciadores de uma circulação mercantil mais rápida e eficiente que, ao mesmo tempo,

também representam uma vertente de urbanismo que se manifesta por meio de espaços controlados por uma estrutura burocrático-estatal rotulados como públicos (Rolnik, 2019).

O planejamento urbano começa a moldar o futuro da cidade ao estabelecer quais produtos imobiliários podem ser desenvolvidos em cada local, indicando os locais para a construção de fábricas, residências, áreas comerciais entre outros. Como demonstra Folly (2023, p. 165), “A normalização de comercializar terras e a natureza como lucrativos ativos financeiros por meio de instrumentos financeiros parece ser a principal diferença em relação às formas mais habituais de sua mercantilização – inclusive em relação aos grandes negócios de terras.”

Utilizando uma abordagem de "bem-estar social", o Estado passa então a destinar parte do excedente de capital para investimentos em habitação social, educação, saúde e lazer. Desta forma, surge um verdadeiro laboratório de reconfiguração territorial, uma utopia que mais tarde é contrariada pelo que é denominada pela autora como de “as paisagens para a vida” (Rolnik, 2019).

Por isso, é importante que se pense no planejamento urbano, em estratégias para definição do zoneamento e da destinação do solo, com foco no modelo de cidade que se almeja e, por conseguinte, a vida de seus habitantes. Afinal, conforme aponta Folly (2023), a mercantilização da terra e da natureza como ativos financeiros se caracteriza como uma nova concepção nesse processo, e é impactada pela priorização do lucro em vez do bem-estar social.

E apesar disso, é preciso refletir sobre essa utopia em que a realidade das "paisagens para a vida”, fica à mercê da lógica do mercado imobiliário, com a segregação de espaços e limitação o acesso a bens e serviços essenciais. Uma vez que, as paisagens para a vida, erguidas para e pela maioria se baseando nas demandas de sobrevivência e aspirações de prosperidade, se estabelecem gradualmente e muitas vezes sem um plano preconcebido, mas em constante interação com as próprias formas propostas pelo planejamento. Elas despontam em meio a condições de recursos limitados, ocupando periferias distantes, áreas consideradas inapropriadas pelas normativas urbanas e locais abandonados (Rolnik, 2019).

Nas cidades, a remoção dos espaços informais é frequentemente realizada mediante ao uso da violência, justificada em nome da salubridade, legalidade e preservação ambiental, além de ser associada à guerra contra o narcotráfico. No entanto, a erradicação extrema, não é o aspecto central da relação entre o planejamento urbano e os assentamentos populares (Rolnik, 2019).

O Estado, responsável pela distribuição dos bens e serviços, disponibiliza-os de forma imediata para os proprietários, enquanto nos territórios populares, o acesso a esses recursos é

geralmente obtido por meio de processos lentos e altamente mediados pelo sistema político-eleitoral. É assim que o território onde as leis da cidadania não se aplicam é criado, possibilitando a entrada de forças policiais com violência (Rolnik, 2019).

É essa dinâmica que impulsiona o desenvolvimento urbano e influencia os resultados distributivos, fortalecendo o papel do Estado. No entanto, compreendê-la dentro da economia política urbana requer uma análise do modo como os sujeitos políticos envolvidos são constituídos. É neste momento que Rolnik (2019) abre espaço para voltar a citar a busca por lucro ao trazer à tona à reestruturação neoliberal dos estados, que ocorre pela primeira vez na Inglaterra e nos Estados Unidos da América (EUA) em 1970, onde o melhor uso de um lugar se dá por aquele que é capaz de gerar mais renda para os capitais, não aquele que atenda às necessidades de racionalização.

Conjuntos habitacionais públicos são demolidos ou privatizados, sendo substituídos por uma abordagem dominante em políticas habitacionais, como o programa Minha Casa Minha Vida no Brasil. Esse paradigma único de política habitacional oferece recursos para que os compradores adquiram os produtos padronizados ofertados pelas construtoras, além de transferir a dívida dos estados para as famílias. Agora então, o chamado patrimônio público, que substituiu os bens comuns, é transferido diretamente para o domínio privado, criando uma nova área cinzenta e ambígua também controlada pelo capital (Rolnik, 2019).

As ocupações de espaços, privados ou públicos, têm se expandido no Brasil e no mundo devido às ações de coletivos culturais. As ocupações de longo prazo, para a cidade como um todo, representam uma geografia simbólica e antecipam possíveis alternativas para a organização da vida em comunidade e para os arranjos espaciais (Rolnik, 2019).

Sobre os espaços, Santos (2021, p. 21) indicou que

Entender o espaço da cidade é percebê-lo em suas dimensões, seus elementos e seus fragmentos, partes relevantes que compõem o todo, que dão forma ao urbano. Composto por uma malha caracterizada pela interação entre elementos construídos e espaços livres de construção, esses elementos do sítio urbano propositalmente são essenciais a sua concepção, são elementos de articulação no tecido urbano, e principalmente para a qualidade da vida urbana. Estes configuram a morfologia da paisagem e como ela se dispõe no espaço, seja mais árida e concretada, seja mais amena e naturalizada, ou num equilíbrio quase perfeito, quase que incomum, entre as bases naturais e o construído, esta apresentação no tecido influencia no cotidiano social, cultural e espacial de seus usuários.

Em uma breve reflexão entre ambas as autoras, podemos entender que esses espaços se contrapõem na medida em que as áreas naturais se contrapõem aos espaços urbanizados, que, muitas vezes, são frutos da aridez e do concreto. Por meio de uma ocupação com foco em coletivos culturais, dar-se-á uma nova configuração a este espaço, com novas perspectivas,

significados e usos, e, assim, promovendo novas formas de organização social mais horizontais e colaborativas.

Essa nova configuração é o fator que diferencia os movimentos e as gerações em comparação ao que foi visto anteriormente. Os movimentos sociais realizam reivindicações ao Estado; também respaldam esforços de sobrevivência e expansão de espaços marginalizados e excluídos, seguindo as normas e valores intrínsecos a esses locais, em vez das diretrizes e concepções fantasiosas do planejamento urbano (Rolnik, 2019). Desafiando a contradição fundamental do capitalismo neoliberal, permitem que as energias criativas e imaginativas nos territórios se expressem livremente, tanto em assentamentos autoconstruídos como em ocupações efêmeras ou de longo prazo (Rolnik, 2019).

Não há oferta suficiente de moradias a preço acessível. Nesse sentido, considerando os estudos de Folly (2023), podemos entender que a precificação dos imóveis tem influência de ativos financeiros, que impactam a inflação do mercado imobiliário, tais como o crédito imobiliário. Essa forma de financiamento gera a ampliação da demanda por imóveis disponíveis e conseqüentemente impactam em seus preços. Vale esclarecer que além do crédito imobiliário fatores como a oferta de imóveis, o crescimento da população e renda disponível também exercem impacto consideráveis sobre preços. Dentre estas estratégias é preciso pensar na diferenciação do uso do solo, que deve se dar partindo da divisão técnica e social do trabalho.

O uso do solo urbano será disputado pelos vários segmentos da sociedade de forma diferenciada, gerando conflitos entre indivíduos e usos. Esses conflitos serão orientados pelo mercado, mediador fundamental das relações em que se estabelecem na sociedade capitalista, produzindo um conjunto limitado de escolhas e condições de vida. Portanto a localização de uma atividade só poderá ser entendida no contexto do espaço urbano como um todo, na articulação da situação relativa dos lugares. Tal articulação expressar-se-á na desigualdade e heterogeneidade da paisagem urbana (Carlos, 1997, p. 47).

Com base na fala do autor supracitado, é notório que há disputa desigual pelo solo urbano no capitalismo. Nesse contexto, o mercado tem como principal função a mediação, guia os conflitos e limita as opções de vida da população. E, por conseguinte, contribui para a criação de uma paisagem urbana heterogênea e desigual, com áreas centrais valorizadas e periferias precarizadas. Para se opor a essa visão, é necessário que haja a qualificação das áreas degradadas como alternativa à segregação espacial, com a infraestrutura de polos de desenvolvimento e áreas verdes, objetivando a extinção da polarização entre centro e periferia.

O movimento pela Reforma Urbana, após muitas lutas, proporcionou alguns avanços, como por exemplo, a aprovação do Estatuto da Cidade, Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Um dos instrumentos de política urbana retratado nesta lei é o Plano Diretor (PD), no artigo

4º. Este Plano deve ser feito em nível municipal, objetivando cumprir o disposto na Constituição Federal (1988) e garantir a função social da cidade. Nesse sentido, é o PD que direciona o uso e a ocupação do solo e tem por princípio ser construído com a participação da comunidade. Essa possibilidade de discussão acerca do planejamento das cidades é fundamental para a inserção dos excluídos.

1.4 Espaço urbano em disputa: uma análise crítica da produção do espaço e das lutas sociais

O ponto de partida para se pensar a cidade é a urbanização. Esse processo se tornou o motor das transformações na sociedade, que Santos (1993) define que é quando o ritmo da população urbana é superior ao ritmo da população rural.

Nesse processo de urbanização, as cidades não estavam preparadas para receber um grande contingente de pessoas, o que ocasionou o surgimento de uma profunda segregação entre as camadas sociais. A globalização, impulsionada pela expansão do mercado global, tende a desumanizar e reduzir os recursos naturais. Esse processo gera um impacto profundo na organização do espaço, filtrando grupos sociais e segregando classes consideradas perigosas para áreas específicas das cidades (Lefebvre, 2020).

O debate sobre o conceito “direito à cidade” surge dentro dos movimentos sociais como um horizonte de luta, questionando a forma como a vida urbana é conduzida. A contribuição de Lefebvre (2020) evidencia a necessidade de mudança, destacando contradições que podem orientar para um futuro diferente, sendo que o problema fundamental do mundo moderno está na esfera urbana, tendo ênfase na dimensão espacial. Há o surgimento de um período que ele denomina como trans-histórico, no qual o espaço se torna mais central do que o tempo. Esse raciocínio parte do aumento significativo dos elementos históricos, marcando o início da era moderna. É quando as relações capitalistas passam a ser moldadas pelo modo como o espaço é produzido, o que desloca o foco principal da acumulação capitalista: de produzir bens tradicionais para criar espaços.

No século XXI, esse raciocínio se torna ainda mais relevante, especialmente quando a cidade se torna uma mercadoria, evidenciando o processo contraditório da produção do espaço, que se converte em valor de troca, desempenhando um papel crucial na valorização do capital. É neste ponto que o espaço emerge como um segundo setor da economia (Lefebvre, 2020).

Nessa perspectiva, a cidade é vista como uma mercadoria, resultado do processo em que o espaço se torna uma mercadoria dentro do contexto da produção capitalista. Esse movimento histórico fundamenta e justifica as lutas pelo espaço. É aqui que se encontra e se destaca o debate sobre o "direito à cidade" como um ponto crucial de conexão entre o presente e o futuro da sociedade (Lefebvre, 2020).

A questão espacial se desenvolve no contexto da formação do ser humano, uma vez que o ato de criar espaço é também um ato de produzir vida. Em suma, a sociedade se edifica por meio de um mosaico de produções, sendo o espaço uma delas. Nessa linha de raciocínio, o espaço é tanto um fruto quanto uma condição fundamental para a concretização da vida humana. Nessa perspectiva, a cidade é concebida como um trabalho que se materializa ao longo do curso da história, uma externalização do sujeito. Portanto, sua produção, como um movimento ao longo do tempo, revela a prática espacial (Lefebvre, 2020).

A cidade, essencialmente social, está ligada à reprodução das relações sociais de produção que nela se desenvolvem. Ou seja, a produção do espaço tem vínculo íntimo com a reprodução das relações sociais que nele são vivenciadas. Desse modo, a produção do espaço dificilmente ocorre através de um processo neutro. Na verdade, é reflexo das desigualdades sociais que nele são reproduzidas. E assim fica em evidência as lógicas do capital, que ao modelar o espaço urbano, estabelece a segregação de grupos sociais, limita o acesso à moradia digna, ao transporte público e aos serviços essenciais, fortalecendo a exclusão social.

Isso gera uma grande importância para as lutas sociais que denotam a função de contrapor a esse paradigma excludente e buscar, por meio dos movimentos sociais urbanos, o acesso à moradia digna, ao transporte público de qualidade e espaços públicos acessíveis. Ou seja, do direito fundamental: o direito à cidade.

Ao longo da trajetória histórica, a reprodução social confere ao espaço a condição de mercadoria. Sob essa ótica, a Geografia crítica redireciona o enfoque do espaço como mera localização física para compreendê-lo como produto do trabalho social, revelando uma sociedade de classes como agente principal desse processo (Lefebvre, 2020).

Entretanto, no contexto do capitalismo, a cidade, enquanto produto desse sistema, assume a forma de mercadoria, e o espaço é fragmentado em seu uso e vivência. Nessa dimensão, a desigualdade é fundamentada na contradição entre a produção social do espaço e sua apropriação privada.

Ao promover a reflexão sobre a produção do espaço e das lutas sociais, é preciso compreender que as contradições e desafios presentes nas cidades contemporâneas tem sua origem na necessidade de redefinição do espaço urbano, bem como na marginalização de

comunidade. Assim é essencial que se busque construir estratégias para acesso ao direito à moradia digna, à mobilidade urbana, à participação na vida pública e à construção de um ambiente urbano saudável e sustentável. E, por consequência, fortalecer as lutas que visam o rompimento com a lógica da mercantilização do espaço e gerando uma cidade mais humana, inclusiva e solidária (Lefebvre, 2020).

A reprodução da vida na esfera urbana colide com as políticas direcionadas à realização dos objetivos políticos e econômicos na construção da cidade, frequentemente originando conflitos entre essas dimensões. Tal dinâmica culmina na fragmentação dos espaços e dos momentos da vida urbana. Portanto, a prática socioespacial na cidade revela e realiza essas fragmentações, tanto da vida individual quanto da própria cidade. Nem sempre os espaços das cidades conseguem suprir a necessidade da sociedade (Lefebvre, 2020).

Para tanto, nota-se que esse contexto resulta na complexa relação entre espaço urbano, políticas públicas, reprodução da vida e lutas sociais. Pois, com a fragmentação das cidades e a geração de conflitos, o resultado é o desenvolvimento de um modelo de cidade que tem como prioridade não o bem-estar social. Daí a relevância dos movimentos de lutas sociais para a superação desse paradigma e promoção da construção de um espaço urbano mais justo e democrático (Lefebvre, 2020).

Desde os primórdios da formação das sociedades humanas, essa essência urbana tem se manifestado, adaptando-se a uma variedade de contextos e conteúdo. Mesmo diante das mudanças sociais mais significativas, essa essência persiste, evidenciando sua resiliência ao longo do tempo (Lefebvre, 2020).

A centralidade atribuída por Lefebvre (2020) ao conceito de "reprodução das relações sociais" transcende os limites territoriais convencionais da cidade, oferecendo uma compreensão ampliada do fenômeno urbano. Este conceito ilumina o "urbano" não apenas como um produto das dinâmicas intraurbanas, mas também como uma expressão das aspirações e necessidades de uma sociedade estratificada por classes.

Nessa perspectiva, o "urbano" se configura como um aspecto da reprodução social, emergindo da história da industrialização e contribuindo para a construção do panorama de uma sociedade urbana em um espaço globalizado.

O espaço urbano não se limita à produção, às empresas ou às relações industriais, mas sua compreensão vai além disso, abrangendo uma temática e uma problemática mais amplas. Ele argumenta que o espaço urbano é o cenário onde a modernidade se desenvolve, além de ser o palco da cotidianidade no mundo contemporâneo.

As grandes cidades se tornam uma espécie de periferia do polo, já que a observável atração une e mantém mais gente pobre. As promessas de emprego que melhorariam a tecnologia, organização, financeiro, previdenciário e fiscal são limitadas, fazendo com que os trabalhadores vivam em condições sub-humanas e que a crise urbana se espalhe (Santos, 1993).

Especialmente em épocas mais recentes, a urbanização brasileira tem mostrado uma crescente ligação com a pobreza. O meio rural brasileiro exclui os menos favorecidos, levando trabalhadores da agricultura para áreas urbanas. A industrialização gera menos empregos do que a demanda precisa, e o setor de serviços combina formas modernas com práticas mal remuneradas, sem garantia de ocupação (Santos, 1993).

A evolução urbana está intrinsecamente ligada à interseção de fatores políticos e econômicos, e até mesmo o planejamento urbano, inicialmente importado da Europa, sofrerá modificações.

Em suma, a problemática da globalização acelerada e da escassez de acesso à moradia revela uma interseção complexa entre o capitalismo e a orientação do Estado em busca de lucros. Esses elementos fundamentais do sistema socioeconômico contemporâneo têm perpetuado desigualdades profundas e impactos adversos sobre a habitação. Além de moldar as políticas habitacionais e urbanas, essa dinâmica também influencia diretamente a arquitetura das residências e outras estruturas construídas, bem como a distribuição geográfica das moradias. Nesse sentido, a reflexão crítica sobre as raízes estruturais desses problemas é essencial para buscar soluções eficazes que garantam o acesso justo à moradia e promovam um ambiente urbano mais inclusivo e equitativo (Santos, 1993).

As desigualdades nas cidades são provenientes das contradições urbanas, resultado do crescimento rápido, onde o Estado se coloca a serviço da reprodução extensa do capital (Carlos, 1997).

Apoiando nessa ideia de ocupação sem planejamento, a degradação das cidades se torna o resultado da carência de gestão pública para administrar políticas que proporcionam soluções para problemas urbanos, que estão cada vez mais graves. Entre os problemas a serem enfrentados, estão a habitação, saúde, saneamento básico, transporte, rede de esgoto, aterros sanitários, geração de emprego e renda.

Partindo do texto constitucional de 1988 e leis complementares, identificamos orientações para políticas públicas de saúde, assistência social, educação, cultura, meio ambiente, habitação, dentre outras. Ainda que a Constituição Federal (1988) pronuncie sobre a função social da cidade e da propriedade, os avanços alcançados nessa direção são dados a

passos lentos. A resposta dada pelo Estado a reivindicações dos movimentos sociais e da classe trabalhadora pelo acesso à terra, tem se tornado um evento policial, no qual a polícia age como agente da ordem, criminalizando a luta, que é encarada como opressora da lógica capitalista.

Desta forma, a alienação não é absoluta. No processo de humanização do urbano, configura-se a possibilidade de construir sua humanidade.

Os movimentos sociais nascem da consciência das condições de vida das diversas classes. O indivíduo toma consciência de seu direito de participação nas decisões como decorrência da vida na cidade. Desse modo esses movimentos têm papel importante na ampliação e acumulação de forças e experiências. Marcam o início de um processo que tende a afetar a vida daqueles que participam, pelo enriquecimento que o contato com o outro propicia e que o debate estimula. Poderá reforçar ou até mesmo detonar avanços políticos substantivos em direção à democratização, na média em que traduz a idéia do sujeito coletivo, como uma revelação da identidade do homem, através da ação (Carlos, 1997, p. 87-88).

No Brasil, a maior parte das cidades vivem na irregularidade, em geral na periferia – aas favelas. Os trabalhadores se alojam em locais que não são favorecidos pelo mercado imobiliário e a legislação urbana não dialoga com a cidade informal, portanto, não estende o direito a cidade a todos.

Estamos diante da cidade do cartão postal, do mercado, do espetáculo, de um cenário globalizado, porém, não podemos reprimir a existência de uma cidade que é pobre e desprovida de infraestrutura. Com o crescimento desordenado das cidades, estamos diante de espaços de segregação, dos ricos em condomínios e dos pobres em locais precários.

Recuperar as cidades enquanto espaços públicos é uma luta na qual os movimentos sociais atuam para reivindicar os mais diversos direitos que são violados.

No que se refere especificamente aos movimentos sociais urbanos, eles têm colocado em xeque na cidade as contradições geradas pelo capitalismo, bem como as formas de entendimento sobre a cidade. Num primeiro momento a luta é para suprir necessidades básicas – o que implicaria a melhoria da vida cotidiana; num segundo momento a luta assume uma dimensão política mais ampla, o direito à cidadania, do direito à cidade, num novo patamar de reprodução da vida (Carlos, 1997, p. 88).

Atualmente, a forma como a cidade é gerida e planejada alavanca a cidade do capital. Os movimentos sociais auxiliam a combater os entraves que a vida urbana ocasiona, que vai além das necessidades básicas, como água, luz e saneamento básico. Temos o direito ao lazer e às relações humanas. As cidades passam a ser direito das pessoas.

Thompson trabalha com uma importante categoria analítica gramsciana, contribuindo para a construção de uma teoria sobre os movimentos sociais que é a de campo de forças. Situando a análise num quadro de lutas de classes, como um

processo ativo e dinâmico, permeado de conflitos e contradições que emanam de pólos com interesses antagônicos, cria-se um campo de forças. Este campo tem a ver com a idéia de relação das forças sociais, políticas e militares, com as possibilidades e os limites dos agentes em luta. As condições que configuram o processo de luta não são apenas econômicas, mas, fundamentalmente, políticas e culturais. A experiência vivida e percebida pelos agentes, enquanto um modo cultural, determina também os valores e as ações (Gohn, 1997, p. 205).

Tendo como ponto de análise a cidade, em sua atual conjectura, que prioriza os interesses do capitalismo em detrimento as demandas e direitos dos indivíduos, é possível observar que é neste contexto, retratado pela precariedade de acesso aos serviços básicos, que emergem os movimentos sociais. Surgem como agentes transformadores de combate aos aspectos negativos do paradigma neoliberal e de luta pelo direito à cidade para todos.

Nessa conjuntura, os movimentos sociais se organizam e mobilizam para reivindicar moradia digna, serviços públicos de qualidade, espaços de lazer e cultura e, ainda, uma gestão participativa por meio da tomada de decisões de questões ligadas ao seu cotidiano. Suas ações podem se efetivar em forma de protestos, ocupações, campanhas de conscientização e outras formas de ação coletiva. Os movimentos sociais, desafiando o *status quo*, estabelecem e lutam por mudanças estruturais. Temáticas estas que serão melhor abordadas na próxima seção.

Seção 2 – Movimentos sociais e a construção dos movimentos sociais urbanos

Esta seção propõe analisar parte da literatura que reflete sobre a história e as concepções de Movimento Social (MS), compreendendo sua construção, atuação, pautas, objetivos e as demandas das lutas nas cidades que vêm sendo reconfiguradas a partir destas ações. Para tanto, explanamos o conceito de MS e a constituição dos movimentos sociais urbanos a partir dos seguintes autores: Alonso (2009), Barker (2014), Gohn (2011) e Warren (1989). Objetivamos explicitar como se configura a dinâmica dos movimentos urbanos, a consolidação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) no Brasil e suas principais conquistas e enfrentamentos no Estado de Goiás.

2.1 Movimentos Sociais (MS)

O termo Movimentos Social (MS) surgiu por volta de 1840, com Lorenz Von Stein, período no qual se apontava a necessidade de estudar os movimentos sociais, como por exemplo, o proletariado francês, o comunismo e o socialismo emergente (Warren, 1989).

Os primeiros MS visavam resolver questões políticas e das classes sociais. Atualmente, além destas demandas, eles possuem um viés identitário, a exemplo do Movimento Feminista, Movimento Negro, Movimento Ambientalista, dentre outros. Compreendemos que os MS são relevantes para a construção de uma sociedade democrática, visto que buscam promover a inserção de mais pessoas na sociedade de direitos.

Warren (1989) elenca algumas noções fundamentais para a compreensão da dinâmica dos movimentos sociais: sua ação para a transformação, a práxis, seu projeto, sua ideologia e sua organização. Neste contexto a autora define:

[...] Movimentos Sociais como uma ação grupal para a transformação (à práxis) voltada para a realização dos mesmos objetivos (o projeto), sob a orientação mais ou menos consciente de princípios valorativos comuns (a ideologia) e sob uma organização diretiva mais ou menos definida (a organização e sua direção). (Warren, 1989, p. 20).

Gohn (2011) pontua que existe diversas reflexões sobre a produção teórico-metodológica dos movimentos sociais no Brasil, mas que há muito para produzir. A autora delimita o conceito de movimento sociais

[...] como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (cf. Gohn, 2008). Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas,

concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas (Gohn, 2011, p. 335).

Ainda de acordo com Gohn (2011), os movimentos sociais na atualidade têm se manifestado por meio das redes sociais, fóruns, conselhos e outros. Situação que potencializa suas ações na sociedade. Nesse contexto, o movimento social são forças sociais que se organizam e constroem propostas que visam, por meio da experimentação social, a luta contra a exclusão (Gohn,2011).

Tendo em vista que os movimentos sociais se caracterizam pela luta por alguma causa social, as demandas destes movimentos surgem da necessidade das populações mais carentes em termos econômicos de lutarem dos seus direitos, quer seja moradia, saúde, educação etc. “Essas demandas legitimam novas formas de convivência social e possibilitam a criação de novos contratos sociais que vêm permitindo uma aplicação mais ampla de direitos já estabelecidos ou a criação de novos direitos” (Scherer-Warren; Lüchmann, 2011, p. 33).

Os MS são primordiais na tarefa de cobrar e propor mudança social, e é por meio desta organização que os cidadãos possuem a possibilidade de discutirem entre si suas necessidades, além de construir identidades para se sentirem participes da militância.

Alonso (2009) apresentou uma análise crítica das teorias dos movimentos sociais, identificando três características históricas: Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), a Teoria do Processo Político (TPP) e a Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS), destacando a importância de considerar a dimensão cultural e simbólica das mobilizações coletivas, pois, foi a partir dos anos 1970 que a concepção de movimentos sociais tomou forma.

Segundo Alonso (2009), na TMR, os movimentos sociais eram produtos da mobilização de recursos materiais e simbólicos (buscavam melhores condições de vida, ou seja, salários e ganhos econômicos-sociais). Diante disso, realizavam ações para alcançar objetivos políticos, munindo-se de estratégias e negociações para superar as barreiras que dificultavam a ação coletiva.

A autora também apresentou a TPP, caracterizada pela sua ênfase na dimensão política e ideológica, que priorizava uma estrutura de incentivos políticos e objetivavam acesso a recursos controlados pelos detentores de poder. Portanto, as ações se davam na perspectiva de transformações do Estado burguês.

Por fim, a autora identificou a TNMS. Esta teoria se manifesta como uma crítica à abordagem clássica dos MS. Qualificavam-se pelo destaque de questões culturais, identitária e simbólica que possuíam, sendo que, no geral, pautavam-se por fragmentações de ações

nestes campos, com pautas muitas vezes restritas aos grupos particulares. Esses novos movimentos sociais são movimentos de minorias. Buscam reconhecimento, respeito e igualdade de direitos, muitas vezes limitados ao grupo (Alonso, 2009).

Alonso (2009) conceitua os movimentos sociais como ações coletivas que buscam transformar as relações de poder e as estruturas sociais. Sua eficácia depende da capacidade de construir novas identidades, significados e discursos que mobilizem os participantes e influenciem a opinião pública, o que torna esses fenômenos heterogêneos, sociais e não institucionalizados.

Barker (2014) compreende a concepção movimento social como a expressão de variadas formas de manifestações populares frente ao desenvolvimento do capitalismo, incluindo diversos movimentos de trabalhadores. Assim, o marxismo pode nos auxiliar a compreender o papel da classe trabalhadora nos movimentos sociais. Essa concepção nos permite observar padrões de desenvolvimento no progresso e no declínio dos movimentos populares.

Em seus estudos Barker (2014), trabalha com o conceito de MS com um todo, no qual é passível de ondas de ascensão e queda, em que as oportunidades são essenciais para determinar se essas ondas serão de avanços, recuos, saltos, momentos de paralisia, expansões, contradições, picos ou de derrocadas.

De acordo com Santos (2012), mesmo que Marx e Engels não tenham desenvolvido uma teoria sobre os MS, seus estudos são referência científica da via socialista, corrente de pensamento revolucionária da história.

Portanto, as principais características da abordagem marxista acerca dos movimentos sociais são, grosso modo, as seguintes: centralidade do debate 'reforma x revolução', o papel determinante da base econômica (a infraestrutura) sobre as demais esferas da realidade social (superestrutura), a ideia de movimento social atrelada à luta de classes, o operariado enquanto sujeito histórico privilegiado e os conflitos entre centralização e democratização no que diz respeito a estratégia socialista (Santos, 2012, p. 23).

Embora a visão teórica apresentada pelo marxismo não seja a única influência nos movimentos sociais, muitos deles têm bases nesta proposta de analisar as relações sociais e associações a algumas de suas propostas. Os movimentos sociais que se inspiram no marxismo geralmente têm como objetivo principal a transformação da estrutura social e a luta pela justiça e igualdade social, ou seja, visão próxima da apresentada por Alonso (2009) em sua reflexão sobre a Teoria do Processo Político (TPP).

Nesta pesquisa adotaremos os conceitos marxistas para pensar a relação de classe na sociedade, tratando esse conceito como reflexo da força social. Assim como as classes sociais,

os MS não são homogêneas. Eles se constituem como forma de contestação dos diferentes tipos de exploração do capitalismo.

No Brasil, foi a partir do século XX que os movimentos sociais urbanos ganharam maior visibilidade e organização. Durante a ditadura militar (1964-1985), surgiram movimentos de resistência contra o regime autoritário, como o movimento estudantil, o movimento operário, os movimentos feministas e os movimentos de luta pela terra. “Os movimentos sociais urbanos da década de 1970 surgiram também como uma forma possível de resistência ao regime militar, um lócus onde grupos e segmentos, assim como militantes e apoios externos, podiam agir” (Oliveira, 1999, p. 9).

A partir de então, diversos coletivos populares passaram a lutar por suas demandas. Inicialmente, buscaram garantir o acesso aos seus direitos fundamentais. O impacto causado por esses novos movimentos sociais levou a um reconhecimento das práticas sociais do cotidiano popular, até então ofuscadas (Oliveira, 1999).

Ressaltamos que as primeiras formas de mobilização nascem da real necessidade dos moradores, que desenvolvem diversas formas de articulação. Os movimentos por creches e centros de saúde representaram, assim, um dado novo nas lutas populares por equipamentos de consumo coletivo. Por um lado, representaram uma transformação qualitativa do enfrentamento com o Estado e, por outro, trouxeram avanços com relação ao controle popular (Oliveira, 1999, p. 12).

Os movimentos urbanos no Brasil são iniciativas coletivas que buscam promover mudanças e reivindicar direitos nas cidades. Esses movimentos surgem como forma de enfrentar problemas sociais, econômicos e ambientais que afetam a população urbana (Cruz, 2022; Gohn, 2011). Alguns exemplos de movimentos urbanos no Brasil:

- 1) Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST): luta pela moradia digna e pelo direito à cidade, ocupando terrenos e edifícios abandonados (Cruz, 2022).
- 2) Movimento Passe Livre (MPL): reivindica a tarifa zero no transporte público, buscando maior acessibilidade e mobilidade urbana para todos (Espírito Santo; Diniz; Ribeiro, 2013).
- 3) Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR): luta pelos direitos das pessoas em situação de rua, buscando políticas públicas que garantam moradia, trabalho e dignidade (Cartilha de Formação do Movimento Nacional da População de Rua, 2010).
- 4) Movimento das Mulheres no Transporte Público: luta contra o assédio sexual e por um transporte público seguro para as mulheres (Coelho, 2014).

Esses são apenas alguns exemplos, mas existem diversos outros movimentos urbanos no Brasil. Cada um com suas pautas específicas e formas de atuação, que representam uma forma de resistência perante as dificuldades enfrentadas pela classe trabalhadora.

Os MS vêm da sociedade civil organizada e surgem dos conflitos de expectativas. Desta forma, os movimentos/organização são alternativas da população urbana, de participação coletiva política e social, em busca de objetivos comuns.

De acordo com estimativas recentes, a população mundial é de aproximadamente 7,9 bilhões de pessoas e “[...] a maioria vive nas áreas urbanas das grandes cidades” (Muniz; Somekh, 2017, p. 221). Cabe aqui ressaltar que esse número está em constante mudança devido ao crescimento populacional e a outros fatores demográficos, como nascimentos, mortes, migrações, entre outros.

Com a expansão urbana do Brasil, o crescimento das cidades trouxe problemas sociais e urbanos, como por exemplo, a falta de moradia, infraestrutura precária, desigualdades sociais e outros. O processo de urbanização brasileiro, iniciado no século XX, é fato apontado como recente e está ligado ao desenvolvimento das forças produtivas, ou seja, está arraigado ao capitalismo (Fernandes, 1976 *apud* Oliveira, 2020).

Conforme censo realizado pelo IBGE, a população se tornou predominantemente urbana na década de 1970 (Muniz; Somekh, 2017). Além disso, as cidades brasileiras enfrentam problemas com a violência urbana, a falta de segurança, o congestionamento do tráfego, a poluição ambiental e a falta de áreas verdes.

Com a expansão e a urbanização, veio também o crescimento populacional, “[...] fragmentado, desordenado e disperso, caracterizado por ocupações periféricas e descontínuas ao redor dos perímetros municipais, eixos de polarização linear e lindeiro aos eixos estruturais rodoviários” (Muniz; Somekh, 2017, p. 221).

Este conjunto de situações identificadas pelos autores, estão em sintonia com as reflexões levantadas na primeira seção quando identificamos a consolidação das periferias e do empobrecimento das populações urbanas.

As cidades passaram a ser marcadas por uma grande divisão entre áreas prósperas e áreas carentes, com a concentração de recursos nas áreas mais privilegiadas, enquanto as áreas menos favorecidas são afetadas com a falta de infraestrutura e serviços básicos de qualidade.

Para Rogers (1998), as cidades são o palco, onde convergem os problemas sociais, políticos e globais, cuja dinâmica acentua esta problemática. Desta forma, entende-se que o meio urbano é a principal ferramenta para propor ações que gerem soluções para uma sustentabilidade global, sendo necessário pensar e planejar os usos e ocupações de seus espaços urbanos. Dentro deste contexto, entre as décadas de 1980 e 1990, começam a surgir concepções e soluções de cidades, bairros e núcleos.

Alguns estudos os denominam como movimentos urbanos contemporâneos que buscam, quem sabe, uma evolução teórica ou até a reinvenção do conceito do Urbanismo dentro de uma nova corrente de pensamento (Muniz; Somekh, 2017, p. 223).

Para Muniz e Somekh (2017), os movimentos urbanos são compreendidos como atos de manifestação alçados por problemáticas urbanas, como por exemplo, distribuição dos serviços, apropriação do espaço urbano e infraestrutura, além de outros pontos que se referem ao território e sua organização.

O Estado deve promover, sob pressão da sociedade civil e dos MS, políticas de inclusão social e combater a desigualdade, para que haja redução da segregação socioespacial, além de garantir o acesso igualitário a serviços e oportunidades para todos os cidadãos. Nesse contexto:

A Carta Magna de 1988 trouxe a previsão explícita do direito urbanístico, no artigo 24º, inciso I, atribuindo competência legislativa concorrente à União e aos Estados membros dispor sobre a matéria. Ao Município está estabelecida competência privativa para executar a política urbana e a ordenação do território presente na Constituição Federal, artigo 30º, inciso VIII, e artigo 182º. Sobre seu conteúdo, dispõe de capítulo próprio para a Política Urbana, mais especificamente Capítulo II (Brasil, 2001) inaugurando uma nova estrutura para o direito urbanístico brasileiro incluindo o bem-estar dos habitantes e o planejamento como elementos indissociáveis da organização do espaço urbano, previsto no *caput* do artigo 182º (Brasil, 1988 *apud* Parente; Oliveira, 2011)

Os artigos 182º e 225º da Constituição Federal do Brasil de 1988 possibilitam concluir que o exemplo de desenvolvimento que deve ser promovido pela Política Urbana Brasileira, sem dúvida, é o desenvolvimento urbano sustentável, que é pautado no equilíbrio entre crescimento econômico, inclusão social e preservação ambiental (Parente; Oliveira, 2011).

A política de desenvolvimento urbano tem dois objetivos constitucionais essenciais: a ordenação do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, na forma que dispuser o Plano Diretor; e a garantia do bem-estar de seus habitantes. Ambos estão relacionados com a efetivação dos direitos fundamentais de 2ª geração, isto é, direitos sociais, nos termos do artigo 6º da Constituição da República (Brasil, 1988), em especial os direitos ao trabalho, à moradia, ao transporte e ao lazer (Parente; Oliveira, 2011, n.p.).

É possível perceber que concede aos municípios definir quais são e como serão desenvolvidas as funções sociais de cada cidade, usando como ferramenta o Plano Diretor. Ressalta-se, com que o crescimento acelerado e muitas vezes desordenado de uma cidade, o município não consegue atender as necessidades consideradas essenciais, o que acarreta vários problemas sociais e ambientais, dentre eles: ocorrência do desemprego, aumento da criminalidade, construção de moradias em locais inadequados, poluição, dentre outros (Parente; Oliveira, 2011).

As cidades são lugares que evidenciam em sua paisagem as desigualdades, nas formas de habitar, de se locomover, no se vestir, nos modos de trabalho, formas de lazer, no acesso a saúde e educação dentre outros. Os MS têm ampliado as possibilidades para favorecer a classe trabalhadora, buscando por meio de ações o acesso à moradia, trabalho, educação de qualidade, pelo fortalecimento do sistema de saúde, ou seja, reivindicando os mais diversos direitos que são violados.

Vale lembrar que MS são organizações que surgem das contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo e, historicamente, foram se diversificando e apresentando pautas importantes que conflitam com os interesses do capital e colocam em evidência as diferenças e desigualdades sociais. Historicamente os movimentos sociais urbanos são politizadores dos problemas urbanos e se revelam de forma múltipla em diversos tipos de ações.

De acordo com Cardoso (2008, p. 317-318):

Na medida em que nos afastamos do centro em direção à periferia, vemos que a bibliografia passa a desconsiderar progressivamente a análise específica das funções do Estado, permanecendo apenas com o seu caráter disciplinar e autoritário como um pano de fundo em que se projetam as análises concretas.

Segundo Cardoso (2008), é comum observar nas cidades que as regiões mais afastadas do centro, chamadas de periferia, normalmente carecem dos serviços essenciais como: saúde, educação, transporte público de qualidade etc. Nestes locais é comum encontrar apenas a força repressora do Estado. Isso pode gerar algumas manifestações populares ou os chamados movimentos urbanos.

Vale ressaltar que os movimentos urbanos desempenham um papel fundamental na transformação das cidades ao colocar em pauta as demandas e necessidades da população e pressionar por políticas públicas mais inclusivas e igualitárias. Os movimentos são iniciativas coletivas que buscam promover mudanças e reivindicar direitos nas cidades brasileiras.

No Brasil, a partir da década de 1980 começam a surgir algumas discussões a respeito dos principais movimentos urbanos contemporâneos conceituados a partir de princípios de um desenvolvimento local sustentável e inteligente. Porém, considerando as particularidades e condicionantes projetuais das cidades brasileiras, se faz necessário compreender os processos de transformações dos novos modelos de ocupação urbana contemporânea, caracterizando e comparando os movimentos, a fim do melhor entendimento das suas influências no atual processo de produção territorial urbano das cidades brasileiras (Muniz; Somekh, 2017, p. 221).

A questão urbana no Brasil é um tema complexo e desafiador. “O Brasil teve seu processo de urbanização intensificado a partir da segunda metade do século XX, com estreita

relação com a industrialização e o esvaziamento do rural” (Cardoso; Santos; Carniello, 2011, p. 1). Neste contexto e segundo os autores citados, o país passou por um rápido processo de urbanização, com crescimento acelerado das cidades e o deslocamento da população rural para as áreas urbanas.

Os movimentos sociais urbanos ampliaram as possibilidades das classes trabalhadora de participar socialmente e politicamente, introduzindo a questão da exclusão social no discurso político. Esses movimentos não só têm impacto político direto, pressionando por políticas públicas mais inclusivas e justas, como também desempenham um papel crucial na conscientização pública e na mobilização social no Brasil.

Guimarães (2015) destaca que as populações das regiões periféricas das cidades estão passando por um processo identificado como desnaturalização dos problemas sociais. Começam a perceber que as suas condições de vida e trabalho não são causadas por fenômenos naturais, mas por interesses das classes dominantes. Assim, passam a organizar-se em associações para lutar pelos seus direitos.

Articular e ampliar a luta pelo direito à cidade exige ações imediatas, mas também a capacidade política de estabelecimento de alianças dos movimentos urbanos com outros sujeitos individuais e coletivos, elemento fundamental na ação política dos movimentos sociais, abrindo os horizontes da luta por direitos em direção a lutas emancipatórias. (Guimarães, 2015, p. 14).

Para que os movimentos sociais urbanos consigam lograr êxito em suas pautas é preciso associar-se com outros movimentos e organizações populares (sindicatos, Organizações Não Governamentais – ONGs). Estas alianças irão possibilitar avanços políticos qualitativos em defesa de uma luta voltada para os interesses da classe trabalhadora.

É através de articulações em redes que os movimentos sociais vêm se empoderando, na medida em que aproximam e criam espaços interorganizacionais, de trocas materiais e simbólicas, comunicação e debate, entre as bases das ações coletivas, (incluindo-se aí os espaços comunitários do cotidiano dos grupos subalternos), contando com a mediação de agentes políticos articulatórios (fóruns e redes interorganizacionais diversas), com a possibilidade de participação em mobilizações na esfera pública (marchas, protestos e campanhas), formando, assim, as redes de movimentos sociais (Scherer-Warren, Lüchmann, 2011, p. 29)

Resolver a situação do déficit habitacional se faz necessário na atualidade das cidades. Isso proporcionará, além da moradia, acesso a bens e serviço básicos para a manutenção da vida. Quando os movimentos sociais se articulam em rede, tendem a defender melhor suas pautas e gerar maior engajamento e participação nas mobilizações (campanhas, marchas e protestos) que realiza.

2.2 Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) é um movimento social urbano e que representa toda essa complexidade de crise que notamos nos demais movimentos. Para compreendermos sua construção e o desenvolvimento, é preciso observar as condições materiais em que emerge este instrumento de luta da classe trabalhadora.

A criação desse movimento foi um acontecimento importante em um quadro geral no qual se encontrava uma preocupação com o direito à moradia. Nesta época o país passava por uma crise muito difícil: desemprego, salário baixo e um governo neoliberal feito pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (Silva, 2019, p. 21 e 22)

Na década de 1990, foi criado o MTST, que possui como principal objetivo reivindicar e mobilizar o povo em sua luta para a ocupação de terras na área urbana. “É um movimento social que realiza a aglutinação de gerações de militantes a procura de seus direitos na Constituição Federal Brasileira de 1988” (Silva, 2019, p. 12).

Nessa conjuntura, a CF/1988 assegura que o Estado tem o dever de garantir direitos e moradia digna ao cidadão brasileiro, sem apontar diferenças entre a população.

Silva (2019, p. 13) afirma que:

O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto surgiu em 1997, quando se tornou um importante movimento na luta de um povo na conquista de uma moradia digna. O MTST é o símbolo na luta a favor do direito à moradia, sem distinção de região ou renda da população.

A aproximação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra com as lutas urbanas aconteceu em 1997. Ano em que o MST organizou uma a Marcha Nacional pela Reforma Agrária, realizando a articulação da luta do campo com a da cidade (Santos; Goulart, 2016)

Tal vínculo é reconhecido pelos próprios militantes do MTST como um germe da criação deste movimento (Goulart, 2011). Porém, a eleição de Lula para a Presidência da República provocou a ruptura entre os dois movimentos no ano de 2003, devido à proximidade do movimento rural com o governo recém-eleito. Por outro lado, havia a necessidade do MTST tomar um rumo próprio nas ações e nas formas de luta mais adequadas à realidade urbana. (Santos; Goulart, 2016, p. 143).

A história do MTST também envolve a participação de mulheres e homens, que sobrevivem pela sua coragem de enfrentar o poder do Estado e consequentemente do capitalismo (Simões; Campos; Rafael, 2017).

[...] no Brasil, são aproximadamente 7,2 milhões de imóveis vazios e ociosos, e uma população de quase 6,8 milhões sem moradia, o que dizer que os sem-teto poderiam não existir se esses imóveis se transformassem em habitação. A sociedade brasileira

é uma fábrica de fazer sem-tetos: eis a principal razão de existência do MTST (Simões; Campos; Rafael, 2017, p. 8).

No centro da luta do MTST está a construção a Reforma Urbana, que objetiva democratizar o território da cidade. De um lado da cidade estão os ricos, com toda ostentação e do outro, a periferia, onde falta tudo. Local que o governo só aparece com a polícia para humilhar ou reprimir. Os pobres são a maioria, mas o poder não pertence a eles. Para a derrubada desse muro e a instauração da Reforma Urbana, é necessário incluir políticas para conter a especulação imobiliária, a propagação de imóveis ociosos e o acesso à infraestrutura para além das áreas nobres (Cartilha de Princípios MTST, 2013).

A partir da trajetória do MTST, é possível notar que para haver transformações sociais é necessário um avanço na política nacional em relação à questão habitacional que depende de articulações entre movimento e Estado, em prol de um planejamento urbano justo. Uma ação que objetiva o fortalecimento de outras formas de luta e instrumentos da classe, pois demonstra a possibilidade de combate às estruturas capitalistas, mesmo com a repressão constante a que está sujeito. Após duas décadas de persistente ativismo, o movimento solidificou sua posição como um dos movimentos sociais mais relevantes do Brasil na atualidade.

Nossa forma de ação mais importante são as ocupações de terras urbanas. Com elas pressionamos diretamente os proprietários e o Estado, denunciando o problema social da moradia e construimos um processo de organização autônoma dos trabalhadores. As ocupações são sempre acompanhadas de uma pressão focada nos órgãos do Estado, com marchas e ocupações de prédios públicos. Entendemos também que as ocupações de terrenos nas periferias devem ser potencializadas como uma porta para o trabalho comunitário nos bairros próximos. Não podem ser uma ilha de lutadores; mas devem avançar para uma integração com as demandas dos trabalhadores que não participam diretamente dos acampamentos, ampliando nossa referência (Cartilha de Princípios do MTST, p. 5).

As propostas do movimento variam ao longo do tempo e dependem das demandas específicas das comunidades em que estão inseridos. No entanto, algumas das propostas gerais do movimento incluem: Reforma Urbana; Regularização Fundiária; Contra a Remoção Forçada; Moradia Digna; Acesso a Serviços Básicos; e Empoderamento das Comunidades (Moraes, 2019).

É aqui que entra nossa proposta de uma Reforma Urbana. Defendemos uma transformação profunda no modo como as cidades estão organizadas. Hoje as cidades servem para dar lucro e são gerenciadas como uma empresa pelos governantes. Há gente que ganha bilhões com a expulsão dos trabalhadores para as periferias e com a precariedade dos serviços públicos. Expulsando os mais pobres do centro, os especuladores de terra e empreiteiros veem seus condomínios de luxo, prédios de escritório e outras obras se valorizarem cada vez mais. Mantendo a saúde pública precária, ganham as empresas de planos de saúde; mantendo a educação

pública precária, ganham os donos de escolas particulares; mantendo transporte público precário, ganham as grandes empresas de produção de automóveis; e assim por diante. Assim, a bandeira de uma Reforma Urbana profunda e popular torna-se uma luta fundamental contra os interesses do capital (Cartilha de Princípios do MTST, p. 4).

A regularização fundiária é um procedimento abrangente que engloba medidas legais, urbanísticas, ambientais e sociais, visando incorporar áreas ocupadas de forma irregular ao quadro legal das cidades. Representa o reconhecimento da desigualdade e segregação na cidade, destacando a urgência de leis que proporcionem segurança jurídica às comunidades segregadas em relação à posse da terra (Mocelin, 2018).

Ainda, a partir das reflexões de Mocelin (2018), observamos que os movimentos sociais urbanos, como o Movimento Popular por Moradia (MPM) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), representam a junção das camadas da sociedade que são excluídas na busca pelo reconhecimento do direito à moradia e à cidade.

O cerne dessa luta é a garantia da segurança na posse das terras. No entanto, a busca pela regularização fundiária de interesse social apresenta contrastes no âmbito político e espacial. Assim, a formação da paisagem urbana se desenvolve conforme o que é viável diante dessas complexidades:

Na impossibilidade de acesso ao solo urbano para maior parte dos habitantes das cidades, a ocupação se torna a regra, seja por meio dos loteamentos irregulares que constituíram a maior parte do tecido urbano periférico, seja pelas favelas como “formas do possível”, denunciando a precariedade da vida de parcela significativa dos habitantes. (Ribeiro, 2012, p. 5 *apud* Mocelin, 2018, p. 69).

A forma de ação do MTST é a ocupação para promover acesso à moradia, repudiando a remoção forçada, que possui como objetivo dar lugar a projetos do capitalismo, expulsando os cidadãos de suas casas; “[...] as remoções urbanas podem contribuir não só para a reprodução, mas também para o aprofundamento das desigualdades socioespaciais” (Iacovini, 2017, p. 28).

Nesse contexto, Oliveira e Andrade (2017, p. 11) especificam que:

O MTST tem como objetivo também uma transformação profunda no modo como as cidades estão organizadas, as quais giram em torno do lucro e, com isso, expulsam os trabalhadores para as favelas e periferias e tornam cada vez mais precários os serviços públicos.

As remoções urbanas, além de perpetuar, intensificam as desigualdades socioespaciais, e a regularização fundiária garantiria uma justiça espacial pois garantiria a permanência em imóveis já ocupados (Iacovini, 2017).

Outro ponto de luta do MTST é a construção de moradias populares apropriadas e acessíveis as famílias de baixa renda, como forma de combater o déficit habitacional. “O movimento cumpre um importante papel na luta de classes, ao resgatar a luta histórica pela conquista de moradia digna” (Oliveira; Andrade, 2017, p. 6).

Com base nas informações apresentadas na Cartilha de Princípios do MTST (2013), podemos destacar que o movimento tem como sua principal missão a defesa do direito à moradia. No entanto, o movimento destaca que quando um trabalhador é privado do direito a uma habitação adequada também é carente do acesso a serviços básicos, como educação, atendimento de saúde, transporte coletivo e à infraestrutura, entre outras necessidades fundamentais. Portanto, o movimento não se limita à luta exclusiva por moradia, mas abraça uma abordagem mais ampla, buscando políticas abrangentes de Reforma Urbana que englobem todas essas áreas cruciais para a qualidade de vida dos cidadãos.

Goulart (2011, 13) indicou que documentar a história do MTST é uma tarefa árdua e complexa, visto que algumas informações não são precisas, onde diferentes narrativas se entrelaçam, memórias individuais e coletivas são fontes que contribuem para essa construção. O “MTST faz referência à sua origem apenas em um documento, a Cartilha do Militante, onde confere ao MST um papel de coautor em sua formação e esboça uma explicação para sua atuação na cidade”.

O MST, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é um movimento conhecido por todos nós por sua luta árdua por uma vida digna para quem mora no campo. É um movimento sério que sabe que a maioria do povo pobre vive na cidade e não nas áreas rurais. Com isto, percebeu a necessidade de ajudar os trabalhadores urbanos a se organizarem para lutar também por melhores condições de vida (Cartilha do Militante, 2005 *apud* Goulart, 2011, p. 13).

A Cartilha do Militante fornece pistas importantes a respeito da ligação entre os dois movimentos em sua constituição. Assim, esse documento data de maneira muito específica o surgimento do movimento, no final dos anos 1990. A Cartilha de Princípios possui doze páginas, e nela se encontram as linhas políticas, seus principais objetivos, as bandeiras de lutas, as formas de ação e as alianças. Nessa cartilha encontra-se também sobre a organização, incluindo os princípios, a forma de organização, as propostas de representação e a organização das ocupações.

O movimento possui também uma cartilha com nove páginas intitulada “O MTST e a luta pela soberania digital a partir dos movimentos sociais”. Nessa cartilha encontra-se a história do movimento, explica-se sobre os treze setores que o movimento possui, o contexto

político de 2015-2022, sobre o núcleo tecnologia, sobre a soberania digital a partir dos movimentos sociais e sobre a estrutura e organização.

Souza e Goulart afirmam que:

Uma das práticas permanentes do movimento que auxilia a aproximação entre as reivindicações mais imediatas e a construção do projeto político é a ação de formação política. Esta é fundamentalmente elaborada no setor formativo do MTST, mas não acontece exclusivamente nele. Por meio de entrevistas com membros deste setor e da base do movimento, buscamos compreender como ocorre esta formação política e se ela contribui para a apropriação do projeto político pelos sem-teto, expressando-se nas práticas do movimento (Souza; Goulart, 2016, p. 145).

O enfoque metodológico do movimento abrange a atuação e articulação de ações indispensáveis em um contexto territorial dentro da área urbana. Historicamente, sua atuação se revela essencial ao contribuir para as conquistas e mudanças nas lutas e iniciativas relacionadas a essa área e aos demais direitos dos cidadãos. A razão fundamental da existência é sua contínua batalha pela habitação. Uma vez que existe uma considerável parcela de pessoas sem um lar adequado em uma população de quase 6,8 milhões de desabrigados. No Brasil, aproximadamente 7,2 milhões de imóveis permanecem desocupados e subutilizados (Simões; Campos; Rafael, 2017).

No período em que o movimento foi criado, a questão da moradia não apenas se configurava como um dos problemas mais prementes que afetavam a população, mas também se destacava como uma das principais demandas que geravam mobilizações espontâneas na cidade. Como Goulart (2011) observa em relação à cidade de Campinas-SP, na época em que o movimento realizou sua primeira ocupação de terra, o noticiário local relatava a existência de 86 ocupações de terra dispersas por toda a cidade.

O MTST foi estabelecido em Campinas, São Paulo, uma cidade que enfrenta um alto índice de pessoas desabrigadas ou vivendo em condições precárias de moradia. De acordo com Goulart (2011), a primeira ocupação, conhecida como Parque Oziel, teve início em fevereiro de 1997 e recebeu esse nome em homenagem a um dos sem-terra que tragicamente perdeu a vida no massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, ocorrido em 1996. A ocupação foi organizada por ativistas do MST e representou uma tentativa de aplicar o modelo de acampamento característico desse movimento em um ambiente urbano. O local, desprovido de serviços básicos como água, saneamento, eletricidade e coleta de lixo, inicialmente abrigou 200 famílias, mas chegou a acomodar até 1000 famílias ao longo do tempo (Simões; Campos; Rafael, 2017).

Ao longo de sua história, o MTST expandiu suas atividades para a cidade do Rio de Janeiro, com o propósito de apoiar e colaborar com as lutas por moradia. Durante

aproximadamente dois anos, o movimento realizou três ocupações na região carioca. No final da década de 1990 e início dos anos 2000, outros estados do Brasil, como Pernambuco, Pará e Rio Grande do Norte, testemunharam iniciativas do movimento, muitas vezes estimuladas pelas lideranças estaduais do MST. Embora essas iniciativas não tenham adotado uma estrutura organizativa própria (Simões; Campos; Rafael, 2017).

Na estrutura organizativa, conforme detalhado no livro "MTST 20 anos de história" (2017), cada ocupação possui um comando autônomo, porém, opera de forma interligada, aderindo às diretrizes gerais do movimento. Essa abordagem em rede contribui para a coordenação de diversos movimentos em várias regiões, predominantemente em áreas urbanas, muitas delas sendo capitais de estados. O livro, que narra os 20 anos de história do movimento, oferece uma referência significativa sobre a trajetória de luta desse movimento.

Os MS são de extrema importância para garantir os direitos dos cidadãos. No entanto, percebemos que as ações dos movimentos, que podem ocorrer por meio de passeatas, manifestações, greves, panfletagem, ações virtuais dentre outros, ainda não representam vitórias das minorias sociais, porém, possibilitaram a discussão de pautas importantes no discurso político.

Os movimentos sociais urbanos surgem a partir da necessidade de combater os efeitos do capitalismo, que após a Revolução Industrial se deu de forma institucionalizada, buscando desenvolver a luta por uma sociedade justa. O MTST é um dos maiores movimentos sociais do Brasil e possui grande visibilidade na cidade de São Paulo. Sua principal bandeira de luta é a reivindicação por moradia digna. No Estado de Goiás, notamos a atuação gradual do movimento.

2.3 A formação urbana no Centro-Oeste e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

Para discutirmos a formação urbana da região Centro-Oeste, começamos nossa reflexão em Moysés (2004), que, inicialmente, argumenta sobre os tipos de vetores que conduziram a ocupação do território do Centro-Oeste, exemplificados pelas atividades mineradoras, da pecuária extensiva, de implantação da ferrovia e de melhoria das estradas, elementos fundamentais na configuração dos chamados núcleos urbanos. Porém, para uma ocupação demográfica densa, esses aspectos não seriam suficientes.

Para o autor, essa ocupação urbana deve-se principalmente aos estímulos exógenos significativos, tendo como protagonista o Estado. A construção de Goiânia nos anos 1930 e de Brasília nos anos 1950, são exemplos marcantes dessa intervenção estatal. Pois, foram

essas cidades planejadas que catalisaram tornaram o processo de urbanização dinâmico, com a atração de um número significativo de migrantes e estabelecendo um eixo de desenvolvimento crucial para a região.

Moysés (2004) discute em seu texto sobre os impactos da modernização agropecuária. Segundo este, a modernização da agricultura nas décadas de 1970 e 1980, impulsionados pela inserção de tecnologias avançadas e capital moderno, culminou de forma significativa na transformação do Centro-Oeste. Contudo, gerando consequências sociais adversas.

Com a entrada de migrantes com capital e experiência agrícola do Sudeste e do Sul do país, adveio a expulsão dos desprovidos que anteriormente desbravaram e ocuparam a região. Com isso, aconteceu a substituição de culturas tradicionais de subsistência pelas chamadas *commodities* agrícolas tecnológicas, intensificando assim a exclusão social, postergando aos pequenos agricultores uma situação de marginalização.

Veja a perversidade deste novo modo de acumulação: a entrada de capital moderno voltado para a produção de *commodities* substituiu não só os despossuídos assentados na fase anterior (até os anos 60), mas também os produtos agrícolas tradicionais como o arroz, o feijão, o milho e a mandioca, necessárias à economia de sobrevivência. Observe-se que despossuídos e produto tradicional constituem-se em fatores de produção voltados para a economia de subsistência. (Moysés, 2004, p. 7).

Conforme a citação, podemos dizer que a exclusão social e a desigualdade são fatores emergentes em um contexto em que a modernização agropecuária promove o desenvolvimento econômico do Centro-Oeste. Uma forma de dinâmica excludente e urbanizadora, expandindo a periferização das cidades nesta região do Brasil. Se por um lado o processo de urbanização e modernização econômica trouxe investimentos e condicionou o crescimento das cidades, por outro, gerou condições para a concentração de riqueza e a exclusão de segmentos com maior vulnerabilidade da população.

A mudança de uma economia de subsistência para uma economia com foco na produção de *commodities* culminou em um processo de esvaziamento rural e crescimento urbano desordenado, com agravamento a desigualdade social.

Assim sendo, é possível compreender que a urbanização do Centro-Oeste se estabeleceu enquanto um marco significativo no desenvolvimento regional, todavia também se caracterizou pela dinâmica de excludência social.

Conjuntamente com o progresso econômico que resultou da modernização agropecuária e a urbanização intensiva, gerou-se um aumento na desigualdade social, com impactos negativos sobre a população rural e os pequenos agricultores. De maneira que a história do desenvolvimento urbano no Centro-Oeste é, conseqüentemente, uma narrativa de

progresso com ressalvas, na qual o avanço econômico se estabeleceu em conjunto com desafios sociais profundos que ainda precisam ser abordados (Moysés, 2004).

No MTST, evidencia-se uma força social essencial na luta por moradia digna e justiça social em Goiás, assim como nos demais estados do Brasil. Em Goiás, o movimento tem presença marcante nos municípios de Goiânia e Aparecida de Goiânia.

Em uma breve análise dos municípios goianos em que o movimento possui atuação, é possível notar um contexto marcado pela carência habitacional e desigualdade social evidente. A atuação do movimento nessas localidades se caracteriza pela importância da intervenção deste na mitigação dos impactos ocasionados pela falta de moradia adequada, e ainda pela promoção da conscientização da sociedade e da pressão ao poder público por políticas, com maior abrangência e eficácia, direcionadas para essa área. Afinal, a atuação do MTST poderá ser essencial para tornar evidente as necessidades e demandas de milhares de famílias que vivem em situação de vulnerabilidade.

Para se ter uma visão sobre esse contexto, recorreremos aos dados disponíveis em um informe técnico do Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB). São dados que demonstram as desigualdades nas principais cidades do Estado de Goiás.

Pouco mais de 6% da população goiana sofre com algum tipo de déficit em suas casas, número que obteve aumento em relação ao ano passado. A maior parte do problema é causada pelo ônus excessivo com aluguel. A partir dos dados analisados, o gasto excessivo com aluguel representa mais de 79% do índice de domicílios em situação de déficit no estado de Goiás, no ano de 2021. Importante ressaltar que este foi o único tipo de déficit habitacional que apresentou aumento (4%), em Goiás, desde o início da série histórica em 2017 (Goiás, 2022, p. 3).

De acordo com o informe técnico do IMB, é possível dizer que em Goiás há uma problemática evidente decorrente da necessidade da moradia digna, com mais de 6% da população enfrentando algum tipo de déficit habitacional. Essa realidade, que demonstra um aumento em relação ao ano anterior, exige medidas urgentes e eficazes por parte das autoridades. Daí a importância da atuação do MTST.

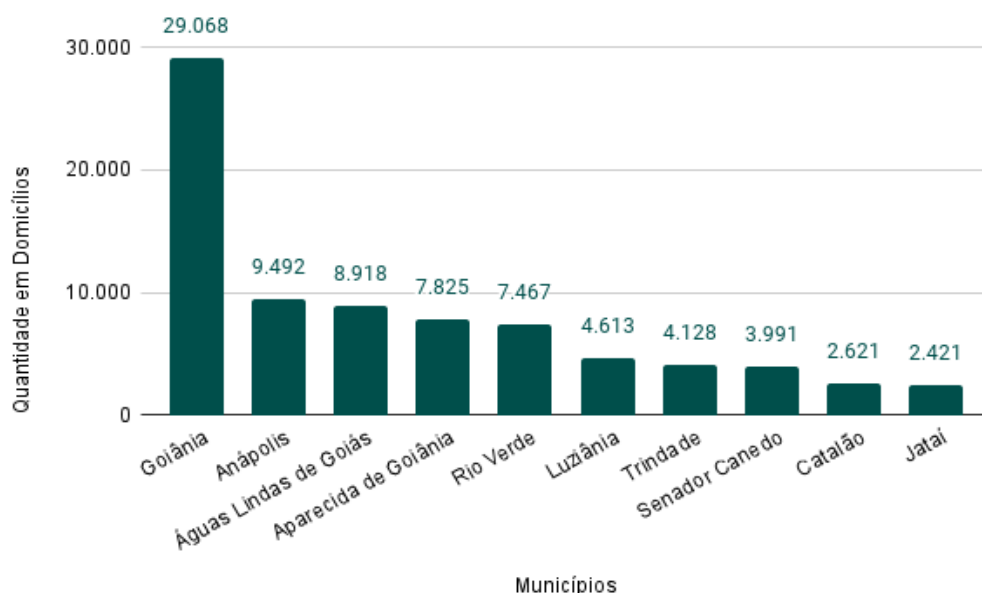
Vale mencionar ainda que o estudo aponta para um ônus excessivo com aluguel, caracterizando este como um dos vilões importantes dessa história, correspondendo por mais de 79% dos casos de déficit habitacional no Estado em 2021. Esse dado torna evidente a fragilidade social de grande parcela da população goiana, que tem a obrigação de destinar considerável parte de sua renda para suprir custos de moradia, muitas vezes, com valor elevado.

Com base neste contexto, é notório que essa perspectiva preocupante exija ações governamentais direcionadas para o controle do valor dos aluguéis, a fim de garantir o acesso

à moradia para toda a população. Nesse cenário, o MTST pode contribuir, por meio de suas ações e princípios para que esses dados se convertam urgentemente em políticas públicas eficazes que visem a mitigação dos altos custos de aluguel, promovendo alternativas habitacionais acessíveis e sustentáveis para a população goiana, de modo a reduzir essa forma de vulnerabilidade social que afeta milhares de famílias no estado. Ou seja, a promoção da habitação popular, com preços acessíveis à população de baixa renda, é fundamental para garantir o direito à moradia e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para uma compreensão mais detalhada podemos analisar os dados da figura elaborada pelo IMB sobre o número de domicílios em déficit habitacional por município.

Figura 1 – Número de Domicílios em Déficit Habitacional por Município 2021



Fonte: Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. Informe Técnico/Dezembro/2022.

Esse cenário de crescente déficit habitacional, que é realidade de grandes centros urbanos, bem como de cidades menores, direciona para legitimação e reforço da luta do MTST. Trata-se de um movimento que busca a garantia de moradia, mas também a implementação de políticas públicas eficazes para mitigação dessa crise, com intuito de promover a justiça social e qualidade de vida para as milhares de famílias.

Os números expostos nos dados demonstram o déficit habitacional em várias cidades goianas e a necessidade de rever as atuais políticas habitacionais. Revelam, ainda, a necessidade de ações mais contundentes e inclusivas, alinhadas com as demandas do MTST. Porém notamos que a atuação dos movimentos por moradia acontece de forma mais efetiva

somente em Goiânia, capital do Estado e no município de Aparecida de Goiânia, localizado na região metropolitana.

Para uma melhor compreensão dos princípios e ações do MTST é importante que possamos conhecer, ainda que de forma sucinta, sua trajetória histórica em algumas cidades do Estado de Goiás. A primeira ação realizada no estado foi a ocupação de um prédio público abandonado na cidade de Aparecida de Goiânia, situada na região metropolitana da capital, Goiânia. Esse evento marcou o começo das atividades do MTST na região metropolitana.

Em janeiro de 2015, esse movimento realizou sua primeira ocupação em Goiás, na cidade de Aparecida de Goiânia, que faz parte da região metropolitana de Goiânia. Durante essa ação, o MTST ocupou um terreno público, um imóvel em construção que anteriormente seria a Maternidade Boa Esperança, hoje conhecido como Centro de Diagnósticos e Especialidades, localizado no Jardim Boa Esperança (Marcelo, 2023).

O site oficial do MTST, notifica esse acontecimento em uma matéria: “*MTST faz primeira ocupação em Goiás, na madrugada do dia 17 de janeiro do ano de 2015*”, o movimento inicia sua atuação no Estado de Goiás. Em outra matéria publicada no site oficial do MTST no dia 21 de dezembro de 2017, com o título: *Ano de muitas lutas e conquistas para o MTST*. O movimento enfatiza que a primeira ocupação em Goiânia foi no ano de 2015. Foram 93 lotes de preenchimento urbano divididos entre o Residencial Itaipu e o Parque Eldorado Oeste. Eles enfatizam que, no decorrer do ano de 2017, famílias do Residencial Itaipu e Parque Eldorado Oeste já estavam construindo suas moradias nos lotes.

O jornal “Diário da Manhã”, no dia 11 de outubro de 2023, publicou uma matéria com o título de “*Sem-tetos e Sem Terras continuam procura por espaços em Goiás*”, assinada por José Marcelo. O autor faz uma retrospectiva da luta por moradia. De acordo com a matéria, famílias de baixo poder aquisitivo passaram a se aglomerar conjuntamente em áreas pertencentes a terceiros. Assim surgiu os chamados aglomerados subnormais, onde podemos citar Quebra Caixote, no setor Leste Universitário; Jardim Goiás Área 1, no Jardim Goiás; Jardim Botânico I e Jardim Botânico II, no setor Santo Antônio; Emílio Póvoa, setor Criméia Leste; Rocinha, no Parque Amazônia; Vila Coronel Cosme; Parque Industrial e Real Conquista.

Figura 2 – Notícia publicada no Diário da Manhã sobre atuação do MTST

Home / Cidades

CIDADES

Sem-tetos e sem terras continuam procura por espaços em Goiás

Famílias abrigam-se em ocupações e movimentos reivindicam destinação de imóveis a moradores de baixa renda. Na área rural, Goiás tem mais de 300 assentamentos

DM JOSÉ MARCELO
Publicado quarta-feira, 11 de outubro de 2023 - 19:29 / Atualizado quarta-feira, 11 de outubro de 2023



Em um dos despejos mais violentos do Brasil, o Parque Oeste Industrial e seus invasores ganharam atenção mundial – Imagem: YouTube/Documentário

Fonte: <https://www.dm.com.br/cidades/sem-tetos-e-sem-terras-continuam-procura-por-espacos-em-goias-130128>. Acesso em: 11 ago. 2024.

Segundo a matéria do Jornal Diário da Manhã (Marcelo, 2023), Goiânia e a região metropolitana possuem várias ocupações irregulares, dentre elas, a Comunidade Beira da Mata, no setor Independência Mansões, em Aparecida de Goiânia. Essa cidade também abriga outras ocupações irregulares, como: Residencial Itaipu; Setor Veiga Jardim; Colina Azul; Mansões Paraíso, entre outros.

É possível afirmar que nas cidades de Goiânia e Aparecida de Goiânia, municípios de atuação do movimento em Goiás são caracterizados por uma realidade socioeconômica complexa, com a presença marcante da carência habitacional e acentuada desigualdade social.

Segundo dados do IBGE (2022), o déficit habitacional em Goiás é evidente, concentrado nas periferias das cidades e afeta principalmente famílias de baixa renda. E ainda

somado a essa precariedade outros desafios como: acesso precário a serviços básicos, baixa escolaridade, desemprego e violência urbana.

É perceptível que o MTST é um exemplo claro de movimento social (como refletido na primeira seção). Como tal, enfrenta desafios internos e externos que são reflexo das complexas dinâmicas políticas e econômicas contemporâneas. Por isso, é relevante dizer que é composto por trabalhadores urbanos precarizados, muitos dos quais não têm experiência prévia em movimentos sociais e nem de sua organização. É significativo ainda mencionar que esses sujeitos enfrentam diversas dificuldades (no sentido de desafios), tais como a adaptação à vida nas ocupações e a integração em um movimento com uma estrutura organizacional particular.

Nesse sentido, o movimento norteia seus esforços para contrapor as raízes da crise urbana, identificação da especulação financeira e imobiliária, assim como a venda de terras públicas para grandes grupos econômicos, como os principais fatores responsáveis pela escassez de moradia popular.

Um exemplo desta questão está posta na atual política de venda de terras públicas de Goiânia, aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, no dia 09 de julho do ano de 2024, por meio do projeto de lei (PL 165/2024) que autorizou a venda de Áreas Públicas Municipais (APMs), de autoria do Executivo. O texto prevê comercialização de 76 imóveis, com estimativa de arrecadação de mais de R\$ 131 milhões.

Essa análise crítica do contexto socioeconômico permite ao movimento formular estratégias de luta mais abrangentes e eficazes. Isto é, o movimento não se limita à reivindicação de moradia, mas também se envolve em diversas outras lutas sociais, como a reforma urbana, a defesa dos direitos dos trabalhadores e a promoção da justiça social. Essa atuação multifacetada expõe o entendimento desse movimento com relação a interconexão das diversas lutas populares e a necessidade de uma transformação social profunda.

Em sua cartilha, é delineado sobre a composição e o eixo norteador de suas ações, expondo que o movimento zela pela organização de trabalhadores em situações precárias e que não são representados pelo sindicalismo tradicional, por meio da qual busca principalmente a ocupação de terrenos que não cumprem sua função social. Ressalta ainda que o MTST opera legalmente, em defesa de que as propriedades urbanas cumpram sua função social, conforme previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988.

Na cartilha é compartilhado um quadro. Nele, encontra-se resumidamente a organização do MTST:

O MTST é dividido em coletivos políticos e setoriais. As decisões são tomadas nos coletivos políticos e os coletivos setoriais aplicam as decisões do seu tema. Atualmente existem 13 setores:

1. Arquitetura;
2. Arte e cultura;
3. Comunicação;
4. Educação;
5. Horta e segurança alimentar;
6. Jurídico;
7. Finanças e captação de recursos;
8. Formação política;
9. Autodefesa;
10. Organização;
11. Negociação;
12. Tecnologia;
13. Saúde e Assistência Social.

Estamos preparando também um coletivo de cuidado dos animais nas ocupações. (Núcleo de Tecnologia do MTST, 2023, p. 03)

Por meio desta citação, percebemos que o MTST possui uma estrutura organizacional singular, composta por coletivos políticos e setoriais, que tornam possível uma tomada de decisões de forma democrática e eficiente. Consequentemente, possibilita a promoção da participação ativa dos membros em diferentes áreas de atuação, de forma a garantir a representatividade e o engajamento em lutas sociais de diversas naturezas (sendo está uma as suas perspectivas de ações).

Assim pode ser notado que os coletivos políticos se responsabilizam pelas decisões estratégicas do movimento. Fato este que demonstra a importância da centralização em momentos cruciais. Os coletivos setoriais possuem foco em temáticas específicas, permitem a *expertise* e o aprofundamento técnico em áreas como arquitetura, comunicação, educação e saúde, por exemplo. Essa dicotomia entre o geral e o específico garante decisões abrangentes e ações direcionadas, que resulta na otimização dos recursos e potencializando o impacto do MTST.

A estrutura organizacional do MTST, exposta na cartilha, é reflexo da descentralização e da participação popular. Caracteriza-se como um modelo inovador e eficaz de organização social, por meio da combinação de coletivos políticos e setoriais, aliada à diversidade de áreas de atuação e à inclusão de novas temáticas, que evidenciam o compromisso do movimento com a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

À vista disso, pontuamos que o movimento atua para além da temática moradia. Entre suas iniciativas está o desenvolvimento do projeto “Cozinhas Solidárias”, que atua no combate à fome por meio do oferecimento de refeições gratuitas feitas com alimentos de hortas urbanas e doações. O sucesso desse projeto levou-o à sua consideração como política pública pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

Também é referido que o Núcleo de Tecnologia do MTST é um exemplo de integração das tecnologias em suas ações sociais. Por exemplo, eles desenvolvem ferramentas como o chatbot "Contrate Quem Luta" no WhatsApp, com divulgação no Instagram e na página oficial do MTST (Figura 3), que conecta trabalhadores do movimento com pessoas que necessitam de serviços, ou seja, uma forma de superação das barreiras de acesso digital. Além disso, o núcleo promove cursos de programação para crianças e adultos, com intuito de promover a autonomia tecnológica e a soberania digital.

Figura 3 –MTST – Contrate Quem Luta



O **Contrate Quem Luta** (CQL) é uma iniciativa que visa conectar trabalhadores(as) sem-teto a oportunidades de trabalho. A plataforma representa uma ponte revolucionária que une profissionais cadastrados nos territórios de atuação do MTST a clientes em busca de serviços na construção civil, manutenção, tarefas domésticas e diversas outras áreas.

Fonte: <https://mtst.org/contrate-quem-luta>. Acesso em: 11 set. 2024.

Ao analisar o foco da cartilha, podemos citar que a soberania digital é uma perspectiva norteadora para o MTST, que prevê não só acesso à tecnologia, mas também a capacidade de criação e utilização de ferramentas que possam ser utilizadas de acordo com interesses dos movimentos sociais. Assim, fortalece a luta popular contra a dependência de tecnologias controladas por grandes conglomerados privados.

Vimos que o MTST se organiza de forma inclusiva, valorizando desde simpatizantes até militantes dedicados, com uma estrutura flexível que permite diferentes níveis de engajamento. A organização promove um ambiente colaborativo e diversificado, refletindo a visão de um mundo onde múltiplas formas de ação e engajamento são possíveis e necessárias para a transformação social.

Nascimento (2022) expõe as diversas atividades desenvolvidas no âmbito do MTST, em entrevista gravada em 10 de março de 2022, para o programa Espaço Cidadão, na Band Nordeste, TVT/SP e canal no Youtube. Robson Carvalho descreveu da seguinte forma:

Durante a entrevista, tomamos conhecimento de uma série de rotinas e atividades que são desenvolvidas no interior das ocupações, como:

a) Como pais e responsáveis saem das ocupações para trabalhar, o MTST ocupa o tempo dos jovens com o ensino, de diversas maneiras, como o Grupo de Tecnologia do movimento que promove nas ocupações um cursinho de programação e criação de sites.

b) Cursinho Popular pré-vestibular Thereza de Benguela, que aprovou no vestibular três jovens da ocupação, na universidade pública.

c) As ocupações do MTST possuem em suas unidades, um espaço de adoção de animais abandonados e encontrados nas ruas: “Animais Sem Teto”, que chegam muitas vezes machucados são acolhidos e recebem os devidos cuidados: “eles têm uma página (no Instagram e Facebook); aqui eles encontram abrigo, amor e cuidados. Temos uma rede que cuida dos animais sem teto e recebemos doações de ração e o apoio de veterinários voluntários...”. (Nascimento, 2022).

d) Cozinha solidária, onde todos se encontram, interagem, se ajudam, doam ou recebem doações e realizam trocas diversas; há quem não contribua com alimentos, mas com trabalho e serviços diversos: cozinhar, ou cuidar da limpeza.

e) Cursos de formação, inclusive política, roda de conversa, atividades culturais como saraus, e setores de saúde e jurídico do movimento.

f) Atividades mobilizadas na rede social do MTST, criam oportunidades de trabalho, emprego e renda aos integrantes da ocupação, para ajudar na manutenção de todos: O Contrato de quem luta” é uma plataforma desenvolvida pelo núcleo de tecnologia do MTST, SP, que faz uma ponte entre empregadores e trabalhadores em áreas como faxina, pintor, pedreiro, eletricista, garçom (Carvalho, 2022, p. 14).

A entrevista foi com Ediane Nascimento, e, como mencionado anteriormente, para o programa Espaço Cidadão. Pelo narrado, observamos que ela apresenta um contexto detalhado das atividades desenvolvidas pelo MTST em suas ocupações.

As iniciativas são diversas e objetivam o preenchimento o tempo dos jovens, e, ainda, proporcionar educação e formação profissional bem como promover a integração social e comunitária. Outro ponto abordado é referente ao Grupo de Tecnologia do movimento, que oferece cursos de programação e criação de *sites*, contribuindo para que os jovens desenvolvam essas habilidades valiosas para o mercado de trabalho.

No tocante ao âmbito educacional, também é citado o Cursinho Popular pré-vestibular Thereza de Benguela que tem mostrado resultados significativos, com a aprovação de três jovens em universidades públicas, demonstrando a eficácia das iniciativas educativas do movimento. Porém, neste contexto, existem diversos desafios, tais com a manutenção dessas atividades em meio à precariedade e instabilidade que caracterizam as ocupações.

Tal como, a criação de um espaço para adoção e cuidado de animais abandonados, denominado “Animais Sem Teto”, ela demonstra o esforço do MTST em abordar questões além das necessidades humanas imediatas. A de apoio aos animais envolve página nas redes

sociais e a colaboração de veterinários voluntários, evidenciando a capacidade de mobilização do movimento e a solidariedade que delineiam suas ações. Mas, a garantia de que esses processos sejam contínuos com os cuidados e a recepção de doações de ração e apoio veterinário, enfrenta um desafio constante, que depende muito do engajamento e da doação da comunidade.

Outro fator que gera desafios é a sustentabilidade das cozinhas solidárias, com a diversidade de atividades formativas e culturais oferecidas. Com respeito à cozinha solidária, ela se caracteriza como possibilidade de encontro para a interação e apoio mútuo entre os integrantes do movimento para higienização e preparo de alimentação, nos quais o desafio está na contribuição de alimentos.

Já o desafio na implementação de cursos de formação política, rodas de conversa, saraus, suporte jurídico e de saúde, requer uma organização complexa e recursos contínuos, que nem sempre estão disponíveis. Nesse sentido também está o “Contrato de quem luta” (Figura 3), plataforma que vincula os empregadores a trabalhadores. É uma solução inovadora para geração de emprego e renda, mas enfrenta o contexto desafiador para sua efetividade dependendo da estabilidade das parcerias e da constância na adaptação às demandas do mercado de trabalho.

Esses elementos ressaltam a resiliência e criatividade do MTST, mas também evidenciam a necessidade de um suporte contínuo e robusto para manter e expandir suas iniciativas.

Nascimento (2022) esclarece que “É um movimento dos trabalhadores e trabalhadoras sem teto. Nós lutamos não somente nas ocupações.” Em suma, na fala dela, evidencia-se a potencialidade de organização e mobilização social do MTST. É preciso considerar que, nesses locais, os moradores se unem em prol de uma causa comum: a luta por moradia, que é um direito constitucional. Essa perspectiva de coletividade e solidariedade dá forças para a capacidade de reivindicação e a construção de soluções conjuntas, com destaque para importância da união popular na luta pelos direitos sociais.

Outra potencialidade evidenciada por Nascimento (2022), encontra-se na oferta de atividades educativas e culturais por meio de cursos, oficinas, rodas de conversa e eventos culturais que são promovidos e contribuem para o desenvolvimento pessoal e comunitário dos moradores.

É notório que os moradores promovam redes de suporte mútuo, que são fundamentais para enfrentar as adversidades do cotidiano. Essas potencialidades visam a garantia não apenas

de sobrevivência, mas também o bem-estar da comunidade, de maneira a evidenciar a força do coletivo na superação de desafios (Nascimento, 2022).

Ao se dedicar ao desenvolvimento de ações para a geração de renda e oportunidades de trabalho para os moradores integrantes do movimento, lembrando o citado programa "O Contrato de quem luta", observamos que são iniciativas do MTST também que torna possível o fomento à autonomia financeira e ao desenvolvimento socioeconômico das comunidades, mostrando que a luta por moradia também pode impulsionar outras esferas da vida social (Nascimento, 2022).

No tocante aos desafios apontados no decorrer da entrevista concedida por Ediane Nascimento, evidenciamos, inicialmente, a ausência de habitação adequada como a principal motivação para as ocupações. Vale lembrar que este ponto está comprovado por dados explicitados anteriormente nesta seção. Afinal este é um problema crônico no Brasil, que afeta milhões de pessoas. Para Nascimento (2022), mesmo que as ocupações possibilitem um paliativo imediato para a necessidade de abrigo, estas não representam uma solução definitiva para a questão habitacional, deixando assim evidente a urgência de políticas públicas eficazes e sustentáveis.

Sobre os desafios relacionados à precariedade das condições de vida, pois conforme apontado por Nascimento (2022) são muitas ocupações que estão situadas em áreas inadequadas para habitação, é uma luta constante para a melhoria da infraestrutura precária devido à inexistência dos serviços básicos, tais como água, saneamento e coleta de lixo, que são inexistentes nestes locais. Essa realidade expõe os moradores a diversos riscos, incluindo problemas de saúde e segurança, o que agrava a vulnerabilidade dessas populações.

Nascimento (2022) afirma que as ocupações são com frequência estigmatizadas e criminalizadas pela sociedade e pelo poder público. Essa perspectiva de visão negativa não apenas dificulta o acesso dos moradores a direitos básicos, mas também gera o fortalecimento marginalização dessas comunidades, o que impede a sua plena inserção social e o reconhecimento de sua luta.

O desafio imposto pela estigmatização e criminalização dificulta o acesso aos direitos fundamentais, como educação, saúde e trabalho, de forma constante, para os moradores das ocupações. E conseqüentemente, com a falta de regularização e a precariedade das condições de vida geram dificuldades para a integração dessas comunidades aos serviços públicos, perpetuando um ciclo de exclusão e marginalização.

As ocupações do MTST se configuram como um lócus essencial de resistência e organização popular na luta por moradia digna e melhores condições de vida. Que a despeito

dos inúmeros desafios enfrentados em seu contexto de atuação, também emergem as iniciativas a serem desenvolvidas dentro dessas ocupações, demonstrando a capacidade das comunidades de se auto-organizar e buscar soluções criativas para os problemas que enfrentam cotidianamente. É urgente que o poder público reconheça a importância dessas ocupações e busque o engajamento por meio de um diálogo construtivo com as comunidades para encontrar soluções conjuntas e duradouras para a questão habitacional no Brasil.

A valorização e o apoio a essas iniciativas são essenciais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Somados a estas características do MSTs, destaca-se também seu caráter educativo. Uma vez que as ações do Movimento forjam as lideranças de comunidades periféricas e potencializam estes atores sociais a participarem da vida de cidade de forma organizada.

Seção 3 – Educação humanizadora em movimento: uma análise da formação nos Movimentos Sociais a partir do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST)

A relação movimento social e educação foi construída a partir da atuação de membros dos movimentos sociais que extrapolaram o âmbito no qual trabalham, atuando como moradores das periferias das cidades, demandando ao poder público suas necessidades, ou seja, é a partir da luta que se consolida as matrizes geradoras dos saberes. Essa seção dedica-se a dialogar como os MS se entrelaçam com a educação em suas ações.

Podemos afirmar que a educação é um fenômeno social dotado diversas concepções, e por isso resulta em diferentes entendimentos teóricos que culminam em diversas formas de compreender sua função no contexto social. Nesse sentido, podemos refletir, a princípio, no que diz Brandão (2013, p. 05) “Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações.” O autor mencionado nos leva a refletir sobre a educação para além da formalidade e a institucionalização, evidenciando que a educação permeia todos os aspectos da vida.

Em uma breve reflexão sobre o que expõe Brandão (2013), em uma análise conjunta aos processos formativos no contexto do MTST, é possível perceber que há variadas formas e concepções de educação que se relacionam em nossa prática cotidiana, e, por conseguinte, contribuem para construção de nossas identidades. Com base nessa perspectiva, torna-se mais que uma mera transmissão de conhecimentos e pode culminar em possibilidades de empoderamento e construção coletiva de uma sociedade mais justa e equitativa.

A educação, em seus aspectos gerais, tem uma função fundamental na formação de indivíduos e na reprodução das estruturas sociais. Nessa conjectura, há diversas teorias que explanam sobre o papel da escola na sociedade, que pode ser vista como espaço de transformação social ou enquanto instrumento de perpetuação das desigualdades.

Em uma visão dialética da educação, a escola é percebida como um espaço de luta e contradição, que pode servir tanto aos interesses da burguesia quanto aos do proletariado. Sobre isso, Saviani (2011), ao refletir sobre a Teoria da Escola Capitalista de Baudelot e Establet, afirma que

[...] À medida que minhas análises se aprofundaram, fui percebendo que a Teoria da Escola Capitalista de Baudelot e Establet não poderia ser considerada expressão da visão dialética. Isso está patente no fato de que os autores trabalham as contradições apenas no âmbito da sociedade; não existe uma análise da educação como um processo contraditório. Para eles, a educação escolar é unicamente um instrumento da burguesia na luta contra o proletariado. Em nenhum momento admitem que a escola possa ser um instrumento do proletariado na luta contra a burguesia. Baudelot e Establet consideram a escola apenas como reprodutora das relações sociais. A transformação da estrutura social não passa pela escola. (Saviani, 2011, p. 60).

Saviani (2011), que efetiva uma crítica à Teoria da Escola Capitalista de Baudelot e Establet, identifica que está reduz a educação ao papel de um simples instrumento de reprodução das relações sociais estabelecidas pela burguesia, ignorando as possibilidades de seu potencial transformador. Com base nessa percepção, o ato de educar denota para a escola a função de perpetuar as desigualdades, com nulidade do reconhecimento da educação em seu lugar de resistência e transformação social.

O autor aponta para o fato de que a educação, mais que um meio de reprodução social, é dotada de potencial para ser um agente de mudança e que pode ser usada para levantar os questionamentos e a transformação da estrutura social vigente, de forma dinâmica e por meio do contraditório.

A educação humanizadora é muito mais do que a transmissão de conhecimento técnico e acadêmico, pois requer a formação integral do indivíduo. Este conceito engloba aspectos emocionais, sociais, éticos e culturais, para assim promover o desenvolvimento integral dos sujeitos. Em sua obra “Pedagogia do Oprimido”, Freire (1987, p. 33) realiza críticas ao que ele chama de “educação bancária”, sobre a qual expõe que

Em lugar de comunicar-se, o educador faz “comunicados” e depósitos que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los.

Para contrapor a esse tipo de educação, o autor propõe que a educação precisa ser um processo de conscientização. É por meio dela que o indivíduo irá se reconhecer como sujeito ativo na transformação do mundo. Portanto, a educação humana não se limita ao ambiente escolar, mas se encontra vinculado às demais esferas da vida, relacionando experiências, vivências e saberes diversos, inclusive com contradições e conflitos. Nessa perspectiva Frigotto (2008, p. 51) afirma que

[...] a produção e a divulgação do conhecimento não se fazem alheias aos conflitos, antagonismos e relações de forças que se estabelecem entre as classes ou grupos sociais. A produção do conhecimento é ela mesma parte, e expressão dessa luta. [...] neste sentido que a teoria se constitui em força material e a consciência crítica um elemento fundamental e imprescindível na luta pela transformação das relações sociais marcadas pela alienação e exclusão. Evidencia-se aqui, também, de forma mais clara porque a pretensão positivista da neutralidade do conhecimento social, sob as condições de uma sociedade fraturada, cindida, é historicamente inviável. Esta visão de neutralidade, ao contrário, expressa apenas a representação do tipo de consciência e de conhecimento funcional a reprodução das relações sociais dominantes

A educação humana possui um caráter libertador que busca promover a emancipação dos indivíduos de contextos sociais opressores e limitadores. Tem como bases o direito de desenvolvimento de suas habilidades e competências por meio do respeito à diversidade. Caracteriza-se, assim, por uma busca em promover a inclusão, com reconhecimento e a valorização das características, experiências e conhecimentos que cada indivíduo possui. Isso a torna um instrumento de promoção de justiça social, colaborando para o processo de construção de uma sociedade mais equitativa.

Em Freire (1987) é possível entender que a educação humanizadora possui uma relação intrínseca com a ética e a cidadania. Afinal, através da educação pode-se incentivar o desenvolvimento de valores como solidariedade, empatia, responsabilidade e compromisso com o bem comum. É salutar dizer que a formação ética e cidadã é parte fundamental para que os sujeitos atuem de forma crítica e consciente em seus contextos pessoais e sociais. A educação humana não está limitada ao ato de adquirir conhecimentos, mas inclui a formação de pessoas que possam contribuir de maneira ativa para a transformação social e na promoção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Por conseguinte, uma educação de caráter integral objetiva o desenvolvimento completo do ser humano, e por isso foca para além do intelecto, nas dimensões que envolvem o emocional, o físico, o social e o espiritual, com intuito de proporcionar aos indivíduos as ferramentas e estratégias necessárias para o desenvolvimento de sua vida pessoal e atuação em sociedade.

É importante mencionar que a educação integral promove o reconhecimento da interdependência entre os diversos aspectos da vida e estabelece as condições para uma aprendizagem que supere o conteudismo, com práticas que visam o desenvolvimento das habilidades socioemocionais, valores éticos e competências para a vida em sociedade que envolvem desafios significativos conforme apontam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005)

A vida contemporânea tem aumentado significativamente os desafios que implicam nessa relação. A reestruturação produtiva, somada às perdas dos direitos sociais, ameaça os trabalhadores com o desemprego, deles exigindo maior “flexibilidade” para enfrentar tanto as mudanças internas ao trabalho – caracterizadas pela automação da produção e dos serviços e pelos novos paradigmas de gestão –, quanto às externas, configuradas pelo trabalho precário, de tempo parcial, autônomo, desregulamentado etc. O conceito de educação continuada vem definir o sentido da educação de jovens e adultos frente a essa realidade: a necessidade de aprender durante toda a vida. (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 4-5).

Partindo da premissa apontada pelos autores, é preciso uma proposição de uma educação integral que esteja alinhada com os princípios da educação transformadora, que busque o processo educativo como possibilidade de promoção de mudança social. Ou seja,

uma educação numa visão transformadora e motivadora da crítica ao status quo e da busca por alternativas que busquem promover a justiça, a equidade e a sustentabilidade. E, conseqüentemente, que envolva os educandos em um processo ativo de reflexão e ação, no qual sejam motivados para a identificação dos problemas sociais e a busca por soluções coletivas.

A educação não é vista apenas como uma preparação para o mercado de trabalho, mas como uma ferramenta para a transformação da realidade. Afinal, como afirmam os autores supracitados, “se não se pode ignorar a importância da educação como pressuposto para enfrentar o mundo do trabalho, não se pode reduzir o direito à educação – subjetivo e inalienável – à instrumentalidade da formação para o trabalho com um sentido economicista e fetichizado.” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2005, p. 5).

Para que a educação integral e transformadora seja efetiva, é de suma importância que ela se encontre vinculada ao contexto no qual os sujeitos aprendentes estejam inseridos. Desse modo será possível o reconhecimento e valorização dos saberes locais, bem como das experiências e vivências do cotidiano dos estudantes, possibilitando, assim, a criação de um ambiente de aprendizagem significativo e relevante para todos. Para isso, é essencial que a escola e outras instituições educativas realizem ações envolvendo a comunidade, e estabeleça parcerias que enriqueçam o processo educativo, resultando em uma educação como prática social.

Para Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), a compreensão da educação como prática social perpassa por um projeto de educação integral que contemple a diversidade e que tenha o trabalho como primeiro eixo enquanto prática social. Isto é, o trabalho amplia seu significado, deixando de ter apenas uma função básica, e assumindo uma perspectiva sociocultural. Torna-se uma efetivação da relação entre ciência e processo de trabalho, a fim de possibilitar a reflexão com respeito aos eixos que dão sustentação as atividades e condições de trabalho, contribuindo para ampliar seu potencial, e ainda tornar os sujeitos aprendentes agentes de transformação, conscientes e aptos a questionar a realidade do trabalho.

Logo, a participação ativa da comunidade e dos movimentos sociais, tais como o MTST, é de suma relevância para a construção de uma educação que resulte nas possibilidades de transformação social.

3.1 Movimentos Sociais e Processos Educativos

De acordo Carlos (1997), é viável afirmar que os movimentos sociais são formas de ação coletiva que possuem por objetivo a promoção de mudanças sociais, políticas e

econômicas. Eles são resultantes da busca por respostas às injustiças e desigualdades presentes na sociedade, por meio da mobilização de grupos de pessoas em prol de causas comuns.

Ao analisar o contexto histórico, é perceptível que os movimentos sociais foram fundamentais para a conquista de direitos e para a promoção de reformas significativas. Em consonância com essa afirmativa, podemos citar Gohn (2004) que define os movimentos sociais como

[...] ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários de conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios, e disputas vivenciados pelos grupos na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum [...] os movimentos geram uma série de inovações nas esferas pública (estatal- e não-estatal) e privada; participam direta ou indiretamente da luta política de um país, e contribuem para o desenvolvimento e a transformação da sociedade civil e política [...] eles têm como base de suporte entidades e organizações da sociedade civil e política, com agendas de atuação construídas ao redor de demandas socioeconômicas ou político-culturais que abrangem as problemáticas conflituosas da sociedade onde atuam. (Gohn 2004, p. 251-252).

Com base nessas premissas, notamos que os chamados movimentos sociais são delineados por uma diversidade de formas de organização e atuação. Pois, podem emergir espontaneamente, bem como serem resultantes de processos longos de mobilização e organização. Outro aspecto apontado pelas autoras, encontra-se nas diferentes formas de liderar esses movimentos. Podem ter estruturas formais com lideranças definidas, porém, em outros contextos podem ter uma formação horizontal e descentralizada. Isso demonstra a diversidade e multiplicidade de causas e contextos em que os movimentos sociais atuam. E, ainda, as diversas estratégias adotadas na busca por alcançar seus objetivos, assim como as habilidades para adaptar e inovar, de maneira a fortalecer os movimentos sociais, possibilitando responder efetivamente às constantes mudanças no contexto político e social.

Ao considerar os ensinamentos de Freire (1987) sobre educação, fica evidente que os movimentos sociais têm uma função crucial na transformação social quando oportunizam processos formativos que desafiam as estruturas de poder e promovem a conscientização a respeito de questões relacionadas com injustiça e desigualdade. Em consonância, podemos mencionar a seguinte reflexão feita por Streck (2009)

Há nesta citação cinco elementos que compõem a compreensão de Freire sobre os movimentos sociais.

a) Os movimentos são portadores de uma rebeldia que impulsiona as mudanças na sociedade. Vamos encontrar a palavra rebeldia em seus escritos posteriores, já incorporada à sua reflexão pedagógica, no sentido da necessidade de uma educação da rebeldia e da indignação.

- b) Os movimentos sociais são localizados, respondendo a desafios específicos de uma classe, de um grupo social, de uma questão social emergente, diferenciando-se, portanto, de uma instituição.
- c) Os movimentos sociais são ao mesmo tempo portadores de uma preocupação essencial, de caráter universal, que no caso seria a busca de humanização.
- d) Os movimentos sociais são lugares de constituição do homem e da mulher como sujeitos, como alguém que diz a sua palavra.
- e) Os movimentos sociais da atualidade indicam, para Freire, a ultrapassagem de uma visão antropocêntrica em direção a uma visão antropológica. (Streck, 2009, p. 171)

A citação de Streck (2009), com destaque para os elementos-chave apresentados sobre a compreensão de Freire sobre os movimentos sociais, remete-nos à reflexão sobre a relevância dos MS para a educação e para a construção de uma sociedade mais humana.

Tais movimentos podem ser vislumbrados como elementos de promoção de mudanças, e, ainda, como promotores de mobilização de sujeitos e recursos em prol de causas comuns. Afinal, sua atuação se dá na organização coletiva e na ação direta por meio da criação de espaços para participação e empoderamento. Permitem que os indivíduos e comunidades que se encontram à margem da sociedade tenham possibilidade de expressar suas demandas e lutar por seus direitos.

Nessa concepção, um dos enfoques discutidos pelo MTST (2011) trata-se do fato de que os movimentos sociais são parte essencial na transformação social. O que ocorre por meio do planejamento e efetivação de ações que culminam em processos de aprendizagem e formação; quer sejam espaços de educação informal ou formal, nos quais os participantes podem desenvolver conhecimentos e habilidades que são fundamentais para a ação coletiva. Ou ainda, por meio de processos de formação política e cidadã, em que são promovidas ações para a conscientização crítica e o desenvolvimento de lideranças comprometidas com a justiça social. Vale ressaltar que, no âmbito do MTST, a formação política é um elemento central, pois prepara os membros para a ação eficaz na luta por direitos e na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Santos e Goulart (2016, p. 145) discorrem que “A luta cotidiana dos militantes do MTST e o processo formativo intencionalmente ‘guiado’ pelo seu setor de formação têm esse potencial de formar sujeitos históricos capazes de transformar o mundo.” Eles expõem também que, para além das ocupações, há por parte do MTST o investimento em processos formativos, cuja intencionalidade é a capacitação de seus membros para a luta política e social.

Nesses processos são desenvolvidas diversas ações, a exemplo de oficinas, cursos e debates que abordam temas como direitos humanos, políticas públicas, organização comunitária e economia solidária. Sempre com foco na formação política, que é considerada parte essencial pelo movimento. Afinal, é esta que fortalece a capacidade de seus membros de

articulação das suas demandas e da participação ativamente do processo de transformação social. Assim, a metodologia do MTST surge no fato de combinar a ação direta com educação política, de modo a criar uma base sólida para a luta por direitos (Núcleo de Tecnologia do MTST, 2023).

Para refletirmos acerca da formação nos movimentos sociais se faz importante recorrer a uma base teórica que reflita a essência da chamada educação popular. Para tanto, podemos citar Gadotti e Torres (2003) que mencionam o seguinte

[...]A educação popular surge como alternativa político pedagógica para confrontar-se com os projetos educativos estatais que não representavam ou até afetavam os interesses populares. Pouco mais de vinte anos depois da Pedagogia do Oprimido, a qual codifica em uma frase uma história da oposição pedagógica, a educação popular segue inextricavelmente vinculada ao realismo mágico dos setores populares, e quem sabe, por isso mesmo, a educação popular é um dos marcos teóricos e práticos mais férteis da experiência latino-americana, e suas ressonâncias podem ser constatadas em realidades sociais distintas, fora da região, do Canadá à África do Sul. É um paradigma teórico que surge no calor das lutas populares. Trata de codificar e decodificar os temas geradores dessas lutas, busca colaborar com os movimentos sociais e os partidos políticos que expressam essas lutas. (Gadotti e Torres, 2003, p. 14)

Os autores discutem o surgimento da educação popular enquanto resposta às demandas dos movimentos sociais, por meio da qual se busca a transformação da realidade, tendo como eixos a conscientização e a organização dos setores populares. Pela valorização das experiências informais e dos conhecimentos prévios dos sujeitos, essa abordagem pedagógica promove contribuições para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, posto que a educação popular gera o fortalecimento e a participação cidadã na luta por direitos. Assim como na Educação Popular, os MS, em sua luta cotidiana, constroem o processo formativo intencional para formar sujeitos históricos capazes de transformar o mundo.

Nessa concepção, é notória a relevância da educação popular, pois ela demonstra que o ato de aprender acontece de forma constante e em diversos contextos. Assim não se limita ao espaço formal da escola. Nesse raciocínio, para Freire (1997), é fundamental a compreensão e o reconhecimento das experiências informais e dos espaços diversos como locais de aprendizado, e, conseqüentemente, o foco para uma prática educativa mais inclusiva e significativa. Nessa perspectiva amplia-se o entendimento do ensino. São valoradas as interações e vivências cotidianas como contribuição para a formação integral dos indivíduos.

É relevante dizer que a citação de Freire (1997) não se reduz à defesa da mera reprodução de experiências informais no ambiente escolar. Ele traz a proposição de que a educação popular realize o uso de forma crítica e reflexiva dessas vivências como base para a construção do conhecimento e o desenvolvimento de uma práxis social transformadora.

Sabemos que a educação popular é parte essencial dos movimentos sociais, uma vez que estabelece os eixos teóricos e práticos para a organização e a luta política. Tal perspectiva pode ser percebida por meio da visão exposta por Freire (2000) menciona que

[...] nenhuma educação é neutra; toda educação representa um projeto político. Isso significa que, no seio da sociedade dividida e desigual, existem diferentes projetos de sociedade, uns mais conservadores, que contribuem para a manutenção da realidade como está posta, outros que pretendem contribuir com a transformação da sociedade, na luta pela eliminação das diversas formas de negação da liberdade. (Freire, 2000, p. 35)

É plausível dizer que, de modo diferente da educação formal, que por vezes se relaciona apenas à transmissão de conhecimentos técnicos, a educação popular visa ir para além com o desenvolvimento de uma consciência crítica e emancipadora. Ainda, podemos compreender nos ensinamentos do autor supracitado que essa perspectiva se pauta pela defesa de uma educação dialógica e problematizadora, capaz de transformar a realidade social.

Nesse contexto, a adoção da educação popular, pelos movimentos sociais, torna-se instrumento de fortalecimento para sua capacidade de mobilização e transformação. Contribui para a formação de sujeitos ativos e conscientes de seus direitos e deveres. É dentro da luta social que os ativistas criam sua identidade como sujeitos sem-teto, por meio de vivências e práticas coletivas, como passeatas, reuniões de grupo, assembleias, cursos, mutirão para arrumar os barracos destruídos pela chuva etc. (MTST, s/d, p. 6).

Para Gadotti e Torres (2003), a chamada educação popular surge como uma proposta pedagógica que se opõe aos modelos educacionais tradicionais. Tem como foco as demandas dos setores populares, com ênfase nas lutas sociais de modo a ampliar a concepção de ensino, envolvendo as vivências do cotidiano, bem como as informais, no processo educativo.

Os princípios pedagógicos que orientam a educação popular são fundamentais para a formação nos movimentos sociais. Entre esses princípios, destacam-se a valorização dos saberes populares, a educação dialógica e a problematização da realidade. A valorização dos saberes populares reconhece a importância dos conhecimentos e experiências acumulados pelos sujeitos em suas vivências cotidianas (Liu, Pini e Góes, 2011).

Esses saberes são ponto de partida para a construção coletiva do conhecimento, promovendo uma educação contextualizada e relevante. A educação de forma dialógica, na concepção freiriana, por sua vez, estabelece uma relação de respeito e cooperação entre educadores e educandos, onde todos participam ativamente do processo educativo

No MTST, as ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social formam cidadãos conscientes e ativos nas adversidades das situações enfrentadas.

Na concepção crítica de educação, a concepção de Educação Popular se pauta pelos seguintes princípios:

- ético: que promove o respeito ao ser humano, combatendo qualquer tipo de discriminação social. A Educação Popular está claramente comprometida com os grupos populares que são os sujeitos que mais sofrem os múltiplos modos das violências e opressões. São eles que carregam os interesses mais fortes e urgentes da transformação humana da realidade;
- político: que promove a transformação da sociedade, tendo a educação como intencionalidade política;
- educativo: educação construída com os educadores e educandos, que valoriza a construção do conhecimento, instiga à pesquisa. Por isso, e também porque a própria relação social que se estabelece enquanto relação pedagógica é em si mesma educativa. A construção do conhecimento e a aprendizagem, que relacionam os educadores e educandos, devem se dar em comunhão e de forma dialógica. Isso significa que cada uma das partes possui um tipo diferente de conhecimentos, e que cada tipo é igualmente importante no processo de construção coletiva de um conhecimento. (Liu; Pini; Góes, 2011, p. 34).

De acordo com essa afirmativa, a Educação Popular tem fundamentos em princípios éticos, políticos e educativos. Busca a promoção do respeito ao ser humano e o combate à discriminação, com foco na transformação social. E ainda, visa incentivar a construção conjunta do conhecimento e a análise crítica das condições sociais, com a problematização da realidade estimulando os participantes ao questionamento das estruturas sociais e na busca das estratégias de transformação. Consequentemente, esses princípios geram o fortalecimento da mobilização e da capacidade transformadora dos movimentos sociais.

Com base nessa concepção, emergem os processos formativos do MTST. A respeito desse processo formativo proposto, podemos mencionar uma reflexão de Do Carmo (2021) ao explicitar que

[...] com esse processo formativo do MTST como forma de estabelecer laços internos e externos ao movimento. Além disso, sua contribuição é interessante, principalmente, pois seu olhar é focado em uma esfera menos tradicional no entendimento do “fazer política”, que são os espaços da cozinha do acampamento, os quais, na sua opinião, também podem ser vistos como um verdadeiro espaço de produção crítica e criação de identificações coletivas. (Do Carmo, 2021, p. 16).

Por meio da afirmativa da autora, é notável que a formação no MTST ocorre de forma contínua e multifacetada. Por meio dela, acontece a capacitação de seus membros para a luta política e a organização comunitária com base na educação popular. Ela promove a formação política, que fortalece a consciência crítica, mas também insere a formação técnica e prática para a gestão das ocupações. Do Carmo (2021) evidencia que esse processo formativo cria laços internos e externos. Percebe nos espaços, como a cozinha dos acampamentos,

possibilidades de produção crítica e criação de identificações coletivas. Vale lembrar que estes processos são essenciais para o empoderamento dos trabalhadores sem-teto e a construção de uma sociedade mais justa.

Sobre a formação política no MTST, consideramos que esta seja um processo central para o fortalecimento da luta por direitos e a construção de uma cidadania ativa. Ela se efetiva por meio da realização de cursos, oficinas e debates relacionados com temas diversos, tais como direitos humanos, políticas públicas, organização comunitária e economia solidária. Como afirmam Santos e Goulart (2016, p. 145), “uma das práticas permanentes do movimento que auxilia a aproximação entre as reivindicações mais imediatas e a construção do projeto político é a ação de formação política.”

No tocante às atividades de formação política no MTST, são conduzidas de maneira participativa e dialógica, tendo como eixos os princípios da educação popular. Por esse motivo, os participantes do movimento são motivados para o compartilhamento de suas vivências, experiências e conhecimentos, para assim colaborar na construção coletiva do saber.

Entendemos que esse processo formativo é parte essencial na construção de uma identidade coletiva e para o fortalecimento da coesão interna do movimento, bem como corrobora para a formação política direcionada para a negociação e o diálogo com o poder público, de modo a fortalecer sua capacidade de articulação e mobilização (Santos e Goulart, 2016).

Na busca por complementar a formação política, é promovida a formação técnica e prática no MTST. Nestas são oportunizados conhecimentos e habilidades necessárias para a gestão das ocupações e a construção de alternativas habitacionais, envolvendo oficinas e cursos sobre construção civil, gestão comunitária, economia solidária e outros temas relevantes para a atuação do movimento.

O Núcleo de Tecnologia do MTST se insere no desenvolvimento de ferramentas e na apropriação de técnicas para a construção do trabalho de base através da tecnologia. Esse processo acontece por meio da organização da luta no território com o objetivo de melhorar a capacidade dos trabalhadores de construir seu futuro de forma autônoma enquanto coletivo. Entendemos essa disputa como uma maneira de pautar a nossa soberania, uma capacidade de apontarmos nós mesmos quais caminhos são efetivamente emancipatórios para o nosso povo. É por meio da forma como usamos a tecnologia a nosso favor que promovemos a construção do poder popular. No atual estágio do capitalismo, os setores estratégicos da sociedade estão cada vez mais dependentes de tecnologias pertencentes a grandes conglomerados de empresas privadas multinacionais. Nós compreendemos que a ideologia neoliberal dominante, dirigida pelos interesses de acumulação de riqueza por parte de uma burguesia financeira internacional, vai diretamente contra os interesses dos movimentos populares no Brasil e no mundo. O determinante central para o avanço dessa política é o desenvolvimento da técnica. Ao contrário do que o liberalismo

quer nos fazer acreditar, a técnica não é neutra. Na verdade, a técnica serve aos interesses de quem a constrói. (Núcleo de Tecnologia do MTST, 2023, p. 7-8).

Com relação ao Núcleo de Tecnologia do MTST, é sabido que este faz uso de diferentes tecnologias no fortalecimento da luta dos trabalhadores e construção de um futuro pautado pela autonomia. Afinal, a formação técnica dispõe de estratégias para a aquisição de habilidades ligadas a autogestão das ocupações e a promoção da sustentabilidade das comunidades. É nesse contexto participativo, com valorização dos saberes e experiências dos participantes, que é incentivada a cooperação. Ou seja, mediante a técnica, o movimento objetiva mais do que somente transmitir conhecimentos, mas também busca o desenvolvimento de uma consciência crítica e emancipadora, na qual a tecnologia é utilizada como ferramenta de poder popular contra a ideologia neoliberal dominante.

Por fim, a formação técnica e prática fortalecem a organização e a solidariedade no movimento. Por intermédio das diferentes dimensões da educação MTST desempenha uma função essencial na formação pessoal e coletiva de seus membros ao promover um processo educativo que transcende o ensino formal. Em face de ações cotidianas e com envolvimento em lutas por moradia, os participantes podem desenvolver habilidades relevantes como liderança, organização e resolução de conflitos. Lembrando que o processo de aprendizagem acontece de forma prática e contextualizada, em que a teoria e a prática se desenvolvem de forma dialógica constantemente. O MTST gera contribuições importantes para o desenvolvimento pessoal dos indivíduos por meio de oportunidades de crescimento que muitas vezes são negadas pelo sistema educacional tradicional. (Núcleo de Tecnologia do MTST, 2023)

Em uma reflexão sobre o documento elaborado pelo núcleo de tecnologia do MTST e da resolução final do I Encontro Nacional - 2011, podemos notar que a dimensão humana no MTST tem fortes marcas dos princípios de solidariedade e coletividade. Tais valores têm suas bases direcionadas para a construção de uma comunidade na qual a ajuda mútua e o apoio recíproco são práticas cotidianas. Sendo que a solidariedade é levada à concretude por meio de diferentes maneiras que envolvem desde o apoio emocional até a mobilização conjunta para conquistar direitos básicos. Cultiva-se a solidariedade na criação de um ambiente de confiança e segurança, em que os membros se sentem parte de uma família ampliada que luta pelos mesmos objetivos.

A coletividade é outro aspecto essencial da dimensão humana no MTST. O movimento promove a organização comunitária e a participação democrática, onde todas as vozes são ouvidas e valorizadas. As decisões são tomadas de forma coletiva, por meio de assembleias e

reuniões, o que fortalece o sentimento de pertencimento e responsabilidade entre os membros. Este processo participativo não só legitima as ações do movimento, mas também ensina práticas democráticas que podem ser aplicadas em outros contextos sociais e políticos.

Outra dimensão presente no MTST, ao analisar o documento elaborado pelo núcleo de tecnologia do MTST e a resolução final do I Encontro Nacional – 2011, é a luta pela dignidade. Ela perpassa pelo reconhecimento de que a moradia digna é um direito humano fundamental e envolve a garantia de que todos os seus membros tenham acesso a condições de vida adequadas. Isto significa que a luta pela dignidade transpõe o aspecto material da moradia envolvendo também o reconhecimento e a valorização da dignidade intrínseca de cada indivíduo.

O movimento concretiza ações que culminam no conhecimento e práticas de seus membros sobre seus direitos, compartilhamento de experiências e desenvolvimento estratégias de luta.

Os impactos do MTST nas comunidades nas quais atua são significativos e multifacetados. Obviamente, os mais visíveis se relacionam à conquista de moradia digna para famílias que antes viviam em condições precárias. Por meio da organização e da mobilização, o MTST consegue pressionar o poder público, obter a regularização de terras e a construção de habitações adequadas.

Essas conquistas transformam não só as vidas das famílias diretamente beneficiadas, mas também contribuem para a melhoria das condições de vida na comunidade como um todo. Entretanto, mais que as melhorias materiais, o MTST promove uma cultura de participação e engajamento comunitário, que culminam em mudanças significativas na sociedade

A atuação dos movimentos sociais, tais como MTST, supera as fronteiras das comunidades em que está presente para trazer benefícios para a sociedade em geral. Quando luta pela garantia do direito à moradia, o movimento expõe a relevância de políticas públicas que promovam a justiça social e a equidade. Por isso, as conquistas do MTST exemplificam que a organização popular e a mobilização coletiva são capazes de produzir mudanças significativas, inspirando outros grupos e movimentos sociais a seguir caminhos semelhantes.

Em consonância, podemos citar Frigotto (2001) que afirma

Na tarefa de construirmos uma alternativa societária, torna-se imperativo uma boa dose de utopia, pois sem esta não há educação, nem futuro humano. A utopia é uma tensão permanente daquilo que é posto como medida final, como imutável. É para isso que serve a utopia. A utopia é que nos ajuda a afirmar os princípios da igualdade, solidariedade e a generosidade humana. (Frigotto, 2001, p. 84).

Para Frigotto (2001), é salutar a importância da utopia como elemento fundamental na construção de uma alternativa societária. Segundo ele, a utopia tem a função de ser uma "tensão permanente" contra o que se apresenta como imutável, e assim impulsionar a busca por um futuro mais justo e humano. As ações do MTST, por meio de suas lutas e campanhas, geram contribuições significativas para a formação de uma consciência crítica na sociedade sobre questões como a desigualdade social, a especulação imobiliária e o direito à moradia.

Nesse contexto, o movimento surge como um exemplo concreto da força transformadora da utopia. Nas ações do MTST, são questionados os modelos excludentes de desenvolvimento urbano e ocorre a proposição de opções que valorizam a inclusão social e a participação comunitária. As contribuições do MTST são essenciais para a construção de cidades mais justas e democráticas, nas quais todos os cidadãos têm acesso a condições dignas de vida. O movimento, portanto, não apenas transforma a realidade imediata de seus membros, mas também contribui para a construção de uma sociedade mais humana.

Tal reflexão nos leva a perceber que as perspectivas futuras para a educação nos movimentos sociais, como o MTST, são promissoras, mas também desafiadoras. A crescente conscientização no tocante à importância da educação popular e da formação política nos remete às novas oportunidades para o fortalecimento dos movimentos.

Desse modo, a educação pode ser uma ferramenta poderosa para capacitar os membros, promover a conscientização crítica e fortalecer a luta por direitos. Para tanto, se faz necessário o desenvolvimento de estratégias inovadoras e adaptáveis para alcançar e engajar um número maior de pessoas. Com base nessa percepção, podemos recorrer a Frigotto (2011, p. 83)

Por fim, o horizonte de sociedade e de educação geral ou profissional demandam um processo que tem que articular organicamente as relações sociais de produção e as relações políticas, culturais e educativas. Isso implica, lutar, no plano político, para um Estado que governe com as organizações da sociedade e para a sociedade e não em nome da sociedade, sem a sociedade e contra as maiorias.

Considerando a afirmação de Frigotto (2001), compreende-se a necessidade de articulação orgânica das relações sociais de produção com as relações políticas, culturais e educativas para construção de uma sociedade e uma educação mais justas. Nessa conjectura, os movimentos sociais assumem uma função essencial na construção de alternativas educativas emancipadoras. Ressalta-se que as tecnologias digitais podem ser ferramentas poderosas para a educação nos movimentos sociais, ao ampliar o alcance das iniciativas e facilitar a disseminação de conhecimentos. No entanto, é fundamental garantir o acesso

inclusivo e o desenvolvimento de habilidades digitais para todos os membros, evitando a exclusão de grupos marginalizados.

Sobre isso, o Núcleo de Tecnologia do MTST (2023) aponta que a digitalização e o uso de tecnologias de comunicação explicitam tanto oportunidades quanto desafios para a educação nos movimentos sociais. Por um lado, esclarece que as plataformas digitais podem ampliar o alcance das iniciativas educativas e facilitar a disseminação de informações e conhecimentos. Por outro lado, evidenciam que o acesso desigual às tecnologias e a falta de habilidades digitais entre alguns membros podem limitar os benefícios dessas ferramentas. Para isso, descrevem diversas abordagens inclusivas e acessíveis para garantir que todos os membros possam participar e se beneficiar das oportunidades educativas.

Por fim, a construção de parcerias e alianças estratégicas com outras organizações da sociedade civil, instituições acadêmicas e movimentos sociais é fundamental para o fortalecimento da educação no MTST. Essas colaborações e parcerias podem trazer novos recursos, conhecimentos e perspectivas, de maneira a enriquecer o processo educativo e ampliar o impacto das ações do movimento. As perspectivas futuras para a educação nos movimentos sociais dependem da capacidade de inovar, adaptar-se às mudanças e construir redes de solidariedade e cooperação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de construção desta dissertação, intitulada " A produção do espaço urbano e a luta do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto", foi desenvolvido por meio de uma trajetória que proporcionou vivências e reflexões significativas. É interessante pontuar que, desde a busca pelo aporte teórico até a análise crítica das ações do MTST à luz dessa base teórica, cada fase do processo investigativo trouxe contribuições relevantes para a compreensão aprofundada do papel transformador dos movimentos sociais no cenário urbano e educacional.

Ao resgatar a questão central que indagou: "Como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) contribui para a formação humanizadora de seus membros na região metropolitana de Goiânia?", foi possível entender que observar que o MTST, em suas ações, não se limita apenas à reivindicação de moradia, mas também possui foco em uma educação crítica e emancipadora entre seus participantes. Assim sendo, a ocupação urbana caracteriza-se como uma maneira de concretizar a resistência ao capitalismo e à exclusão social, por isso neste são oportunizados diversos espaços de aprendizagem coletiva e de formação cidadã.

Com o objetivo de que a investigação e discussão da temática fosse em consonância ao objetivo geral, de analisar como as ações do movimento tem contribuído na formação dos militantes, buscamos compreender a história e traçar o entendimento para o alcance dos objetivos específicos assumidos nesta pesquisa. Eles se desdobraram em analisar a formação histórica do MTST, investigar as mudanças estruturais na cidade ocasionadas pela luta pela moradia e compreender os princípios formativos adotados pelo movimento. Isso exigiu a análise de dados de órgãos governamentais que traçaram uma percepção da trajetória histórica do contexto de atuação dos movimentos sociais.

Na reflexão dos dados e do aporte teórico elaborado para essa pesquisa, ficou evidente que o MTST tem por função social a luta por moradia digna, acesso aos direitos constitucionais. Vale destacar que a análise do histórico do movimento possibilitou perceber que, desde sua primeira ocupação em Goiás em 2015, o MTST tem alcançado resultados em sua luta, com conquistado vitórias significativas, tais como o assentamento de famílias em lotes urbanos. Enfatizamos que estas vitórias vão além da garantia do direito básico de moradia, pois refletem a essência do movimento que é a resistência e a capacidade de organização dos trabalhadores.

Outro ponto essencial abordado nesta dissertação, diz respeito à atuação deste movimento no âmbito educacional. Ressaltamos que as ações de educação que o MTST busca

promover envolvem mais do que um processo de alfabetização tradicional. Na verdade, são inclusas as dimensões formativas e humanizadoras que visam motivar a participação ativa e crítica dos membros do movimento na sociedade de modo a contribuir para uma sociedade mais justa e equitativa.

Os fundamentos do processo educativo desenvolvido pelo MTST têm por base princípios de solidariedade, coletividade e luta por direitos. Buscam promover possibilidades para que os participantes tenham acesso a uma formação integral que abrange aspectos sociais, políticos e culturais. Lutam para que cada sujeito aprendente que tenha acesso a estas ações formativas possa alcançar o acesso aos direitos básicos, melhorando suas condições de vida, bem como contribuir com a comunidade que está inserido.

No delinear dessa pesquisa, tornaram-se perceptíveis desafios significativos para a implementação e consolidação das ações educativas, tais como elementos de desigualdade, o acesso às tecnologias, a necessidade de formação continuada dos professores e a resistência institucional. É notória a necessidade de superação dessas barreiras para efetivação da garantia do acesso a uma formação inclusiva e crítica. É crucial ainda dizer que dentre os desafios há questões de privacidade e segurança digital que surgem como preocupações importantes nesse contexto.

Em consonância aos pontos até aqui abordados, podemos mencionar que concernente aos resultados da pesquisa, ficou evidente que o MTST defende a aprendizagem coletiva e a formação de uma consciência crítica entre seus membros, premissas essas norteadoras de sua estrutura organizacional. As práticas educativas planejadas e efetivadas pelo movimento são resultado de um compromisso com a transformação social e a luta por direitos. Nelas se explicita que a educação pode ser um instrumento poderoso de resistência e emancipação.

Acreditamos que essa dissertação apresenta contribuições relevantes para pesquisadores dos movimentos sociais, estudantes, educadores e gestores públicos. Os conhecimentos aqui descritos refletem a busca por uma melhor compreensão da importância dos movimentos sociais na promoção de uma educação crítica e transformadora. Vale salientar que por meio desse estudo foi possível vislumbrar uma base teórica que pode fortalecer as ações educativas dentro de outros movimentos sociais, para além do MTST.

É de suma importância lembrar que o que este estudo possui algumas limitações. Por exemplo, o contexto analisado, embora representativo para o contexto de Goiânia e região metropolitana, não pode ser usado de forma generalizada como reflexo de outras regiões devido às diferenças socioculturais, econômicas e educacionais que podem influenciar os resultados. Uma vez que cada região pode ter suas características distintas e,

consequentemente, são impactadas de formas diferentes. Por isso, é essencial que se busque conhecimentos para além do contexto descrito nesta pesquisa.

Por meio desta pesquisa foi elaborada uma percepção mais clara sobre as dificuldades enfrentadas pelo MTST no Brasil e no Estado de Goiás, sendo identificados pouquíssimas ocupações que resistiram a pressões do imaginário que a classe média pode ter criado acerca da luta pela moradia, ou seja, a criminalização do movimento.

Ressaltamos que o movimento ao longo dos anos se tornou uma força política a ser considerada, visto que estimulou projetos habitacionais, conseguiu fazer o executivo rever a destinação de áreas e ainda possibilitou muitas pessoas a conquistarem a casa própria.

As explanações e reflexões construídas no decorrer desse processo dissertativo demonstram uma compreensão epistemológica que gera contribuições para continuidade de estudos sobre movimentos sociais e educação. Um destaque para relevância de mais investigações e apoio para iniciativas que buscam a promoção de uma educação crítica e transformadora, com capacidade de enfrentamento das desigualdades, e que venha corroborar para construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e equitativa.

REFERÊNCIAS:

ABDALA, Lucas Novelino.; SCHREINER T.; COSTA, E.; SANTOS, N. **Como as cidades inteligentes contribuem para cidades sustentáveis:** uma revisão sistemática da literatura. *International Journal of Knowledge Engineering and Management*, Florianópolis, v. 3, n. 5, p. 98-120, mar./jun. 2014. Disponível em: http://via.ufsc.br/wp-content/uploads/2016/06/Cidades-Inteligentes_Lucas.pdf Acesso em: 8 maio 2024.

ALONSO, A. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate.** Revista Lua Nova, São Paulo, n.76, p. 49-86, 2009.

ALVES, Saraí Araujo. **Plano diretor de desenvolvimento urbano de Aracaju e a função social da propriedade urbana.** 2018. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/9780> . Acesso em: 6 de maio 2024

BARKER, Colin. **O movimento como um todo:** ondas e crises. Revista, outubro, n. 22, 2º semestre de 2014.

BORJA, Jordi; CASTELLS, Manuel. **As cidades como atores políticos.** In: Novos Estudos – CEBRAP. São Paulo, nº45, pp.152-166, 1996.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 set. 2023.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem-terra:** o movimento social como princípio educativo. *Estudos avançados*, v. 15, p. 207-224, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/C8CTZbGZp5t8tH7Mh8gK68y/?lang=pt&format=html> Acesso em: 20 jun. 2024.

CARDOSO, Estélio José; SANTOS, Moacir José dos; CARNIELLO, Monica Franchi. **O processo de urbanização brasileiro.** XI Encontro Latino Americano de Pós-Graduação – Universidade do Vale do Paraíba, 2011. Disponível em: https://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2011/anais/arquivos/0088_0295_01.pdf. Acesso em: 05 set. 2023.

CARDOSO, Ruth. Movimentos sociais urbanos: balanço crítico. In: SORJ, B., and ALMEIDA, MHT., orgs. **Sociedade e política no Brasil pós-64** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/b4km4/pdf/sorj-9788599662632-09.pdf>. Acesso em: 05 set. 2023.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade.** 3. ed. São Paulo: Contexto, 1997.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Henri Lefebvre:** o espaço, a cidade e o “direito à cidade”. *Revista Direito E Práxis*, 11(1), 349–369, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/3cBsV3Vx7Yvw9SqvcqyVrbc/>. Acesso em: 25 abr. 2024.

CARTILHA DE FORMAÇÃO DO MOVIMENTO NACIONAL DA POPULAÇÃO DE RUA. 2010. Disponível em:

https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/MNPR_Cartilha_Direitos_Conhecer_para_lutar.pdf. Acesso em: 06 set. 2023.

CARTILHA DE PRINCÍPIOS MTST (Cartilha do militante: movimento dos trabalhadores sem-teto). São Paulo. Disponível em:

<https://cartografiaparticipativairati.files.wordpress.com/2016/12/cartilha-organizac3a7c3a3o-social2.pdf>. Acesso em: 11 out. 2023.

CELLARD, A. (2012). A análise documental. In: J. Poupart. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos** (p. 295-316). Vozes.

COELHO, Sonia. **Violência contra as mulheres no transporte público.** 2014. Sempre Viva Organização Feminina. Disponível em: <https://www.sof.org.br/violencia-contra-as-mulheres-no-transporte-publico-2/>. Acesso em: 06 set. 2023.

DO CARMO, Carolina Guida Cardoso. “**Nossa Luta é Transversal**”: Ocupação Tereza de Benguela e a Luta das Mulheres do MTST (“Our Struggle is Transversal”: Occupation Tereza de Benguela and MTST Women’s Struggle). *Emancipação*, v. 21, n. 1, p. 9, 2021. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7998427> Acesso em: 29 jun. 2024.

DOS SANTOS, Jean Isídio. As Raízes Históricas do MTST. **Revista Espaço Livre**, [S. l.], v. 16, n. 31, p. 104–114, 2022. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rel/article/view/178>. Acesso em: 15 maio 2024.

ESPÍRITO SANTO, M.O., DINIZ, E.H., and RIBEIRO, M.M. **Movimento passe livre e as manifestações de 2013: a internet nas jornadas de junho.** In: PINHO, J.A.G., ed. *Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil: perspectivas para avanço da democracia* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 141-167. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/hk62f/pdf/pinho-9788523218775-08.pdf>. Acesso em: 06 set. 2023.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brasil: 500 anos de luta pela terra.** a Revista de Cultura Vozes. Petrópolis. Editora: Vozes, 1996.

FOLLY, Felipe Bley. **Terra e natureza como ativos financeiros globais?** Respostas equivocadas de um direito internacional financeiro emergente. *Estudos do Sul Global*, v. 2, n. 2, 2023, p. 273-294. Disponível em: <https://resg.thetricontinental.org/index.php/resg/article/view/97> Acesso em: 07 de jun. 2024.

FORTES, Alexandre; CORRÊA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo. **Dicionário histórico dos Movimentos Sociais Brasileiros (1964-2014).** 2021. Disponível em: <http://abet-trabalho.org.br/dicionario-historico-dos-movimentos-sociais-brasileiros-1964-2014/>. Acesso em: 11 out. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação.** São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FRIGOTTO, G.; MOLINA, H. Estado, educação e sindicalismo no contexto da regressão social. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 4, n. 6, 2012. DOI: 10.22420/rde.v4i6.67. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/67>. Acesso em: 10 ago. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A Interdisciplinaridade como necessidade e como problemas nas ciências sociais**. Ideação, [S. l.], v. 10, n. 1, p. p.41–62, 2010. DOI: 10.48075/ri.v10i1.4143. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143>. Acesso em: 25 jun. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora**. Perspectiva, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 71–87, 2001. DOI: 10.5007/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 25 jun. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. O trabalho como princípio educativo no projeto de educação integral de trabalhadores—Excertos. S/A, 2005. Disponível em: <http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1392215839>. Acesso em: 20 jun. 2024.

GADOTTI, M.; TORRES, C. A. (Org.). **Educação popular: utopia latino-americana**. Tradução de: Jaime Bizeh. 2. ed. Brasília: Ibama, 2003. Disponível em: <https://www.ibama.gov.br/sophia/cnia/livros/educapopularutopialatinoamericanadigital.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2024.

GIAQUINTO, Marina Ferreira. **Tornando-se um “acampado”**: a experiência das famílias organizadas pelo movimento dos trabalhadores sem teto (MTST). Universidade Federal De São Carlos. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/8612/DissMFG.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 04 nov. 2023.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Artigos, Rev. Bras. Educ. 16 ago. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/>. Acesso em 22 ago. 2023.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOIÁS. Instituto Mauro Borges de estatísticas e Estudos Socioeconômicos - IBM. **Déficit Habitacional Com Base nos Dados do CadÚnico 2021**. Goiânia, 2022. Disponível em: <https://goias.gov.br/seinfra/wp-content/uploads/sites/6/2024/01/Anexo-V-Informe-do-Deficit-Habitacional.pdf> Acesso em: 10 maio 2024.

GOULART, Débora Cristina. **O Anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto-MTST**. Marília-SP, 2011.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. **Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo**. Artigos, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.048>. Acesso em: 10 jul. 24.

HARVEY, David. **O problema da globalização**. Revista Novos Rumos, [S. l.], n. 27, 2022. DOI: 10.36311/0102-5864.13.v0n27.1954. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/1954>. Acesso em: 5 maio. 2024.

IACOVINI, Victor. **Economia política das remoções forçadas urbanas: expropriação, espoliação e exploração na produção do espaço urbano**. Dissertação/Mestrado. São Paulo, 2017. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-13062017-130017/publico/Victor Iacovini.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-13062017-130017/publico/Victor%20Iacovini.pdf). Acesso em: 12 out. 2023.

LEFEBVRE, Henri. Direito à cidade. Paris, Anthropos, 1968. Matos, R. (2012). **Periferias de grandes cidades e movimentos populacionais**. *Cadernos Metrópole*, (13). Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8800>. Acesso em: 07 de jun. 2024.

MARCELO, José. **Sem-tetos e sem terras continuam à procura por espaço em Goiás**. Diário da Manhã. 11 out. 2023. Disponível em: <https://www.dm.com.br/cidades/sem-tetos-e-sem-terras-continuam-procura-por-espacos-em-goias-130128>. Acesso em: 13 out. 2023.

MARQUES, Ana Carolina de Oliveira; SOARES, Fernando Uhlmann; ORBES, Gabriela Ruales. **A obstrução de direitos sociais e da existência via precarização e déficit habitacional**. Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais (UEG) - ISSN 2238-3565 V.7, N.4, p.87-101, Dez., 2018. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/8696/6387>. Acesso em: 13 out. 2023.

MARTINELLI, M.L. et al. **O uno e o múltiplo nas relações entre as áreas do saber**. 2. ed. São Paulo: Cortez, p.152-58, 1998.

MATOS, Ralfo. (2012). **Periferias de grandes cidades e movimentos populacionais**. *Cadernos Metrópole*, (13). Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8800>. Acesso em: 07 de jun. 2024.

MOCELIN, Heloisa Maldonado. **Regularização fundiária e o direito à moradia: uma abordagem sobre ocupações urbanas na cidade industrial de Curitiba, Curitiba-PR**. 2018. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/semanageounicamp/article/view/3413/3278>. Acesso em 11 out. 2023.

MOLINA, Mônica C.; ANTUNES-ROCHA, Maria Isabel. **Educação do campo: história, práticas e desafios no âmbito das políticas de formação de educadores: reflexões sobre o Pronera e o Procampo**. *Rev. Reflex*, Santa Cruz do Sul, v. 22, n. 2, p. 220-253, dez. 2014. Disponível em http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-99492014000200220&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 jun. 2024.

MORAES, Isabela. **MTST: conheça os Movimentos dos Trabalhadores Sem Teto**. Politize! Publicado em 23/05/2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/mtst-conheca-o-movimento-dos-trabalhadores-sem-teto/>. Acesso em: 11 out. 2023.

MORAES, Robson de Sousa; JUSTINO, Jorge Augusto Almada. **O Movimento dos Trabalhadores sem Teto em Goiás**. Pirenópolis-GO, 2016. Disponível em: <https://www.anais.ueg.br/index.php/cepe/article/view/7475/4967>. Acesso em: 13 out. 2023.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES DO SEM-TETO - **As linhas políticas do MTST - Resolução final do I Encontro Nacional (2011)**. Revista InSURgência. Brasília, ano 1. v.1. n.1. jan./jun de 2015. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/download/18806/17484/31624>. Acesso em: 13 out. 2023.

MOYSÉS, Aristides. **Desigualdades Sócio-Espaciais no Centro-Oeste Brasileiro: o caso da Região Metropolitana de Goiânia**. Apresentação no VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Centro de Estudos Sociais, Portugal, 16 a 18 de setembro de 2004. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/inscricao/pdfs/grupodiscussao40/Aristides%20Moyses.pdf>. Acesso em: 10 maio 2024.

MUNIZ, Gabrielle Veroneze Mendes; SOMEKH, Nadia. **Movimentos urbanos contemporâneos: Conceitos para o desenho urbano sob a abordagem das Cidades Compactas, New Urbanism, Smart Growth, SmartCities e Eco Bairros**. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo PPGAU UPM, 2017. Disponível em: https://www.mackenzie.br/fileadmin/ARQUIVOS/Public/6-pos-graduacao/upm-higienopolis/mestrado-doutorado/arquitetura-urbanismo/14_Movimentos_urbanos_contemporaneos_-_Conceitos_para_o_desenho_urbano_sob_a_abordagem_das_Cidades_Compactas_2c_New_Urbanism_2c_Smart_Growth_2c_Smart_Cities_e_Eco_Bairros.pdf. Acesso em: 21 ago. 2023.

NASCIMENTO, Ediane. **Entrevista gravada em 10 de março de 2022, para o programa Espaço Cidadão, na Band Nordeste, TVT/SP e canal no Youtube Robson Carvalho**. Duração: 32':41''; disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=tqzXXq5qCmY&t=2s>. Acesso em: 18 maio 2024

NÚCLEO DE TECNOLOGIA DO MTST. **O MTST e a luta pela soberania digital a partir dos movimentos sociais**. [São Paulo], 2023. Disponível em: <https://nucleodetecnologia.com.br/cartilha/>. Acesso em: 16 maio 2024.

OLIVEIRA, Amanda Caroline de; ANDRADE, Sofia Vendramini. **MTST: a radicalidade na luta por moradia**. 2017. Disponível em: <http://www.inscricoes.fmb.unesp.br/upload/trabalhos/2017104155343.pdf>. Acesso em 23 ago. 2023.

OLIVEIRA, Andréa Cristina de Jesus. **Movimentos Sociais Urbanos: um breve histórico**. Caderno de Campo, n.6, São Paulo, 1999.

OLIVEIRA, Juanita Natasha Garcia de. **O movimento dos trabalhadores sem teto e os impactos da pandemia na luta pelo direito à cidade**. Anais do V SERPINF e III SENPINF. Disponível em: <https://editora.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/serpinf-senpinf/assets/edicoes/2020/arquivos/62.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.

OLIVEIRA, Renan Dias. Do trabalho precário à organização militante: formas de atuação política do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). In: RIBEIRO, Alessandro

Teixeira (Org.). **Comunicação, política e atores coletivos**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. p. 124-139. E-book. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/index.php/catalogo/post/dotrabalho-precario-a-organizacao-militante-formas-de-atuacao-politica-do-movimento-dos-trabalhadores-sem-teto-mtst> Acesso em: 15 maio 2024.

PAIVA, Ana Sofia da Silva. **As barreiras urbanas no tecido da cidade: o processo de crescimento do Porto**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade Fernando Pessoa (Portugal). Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/5041> Acesso em: 05 maio 2024

PARENTE, Caroline Menezes Tosaka; OLIVEIRA, Erika Maria Jamir de. **Crescimento urbano desordenado e os desafios da política urbana em promover o desenvolvimento inclusivo, sustentável e equilibrado**, 2011. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/crescimento-urbano-desordenado-e-os-desafios-da-politica-urbana-em-promover-o-desenvolvimento-inclusivo-sustentavel-e-equilibrado/712755285>. Acesso em: 05 set. 2023.

PERLES, Ana Paula; SZERMETA, Natália. **A escola da revolução**. 2015. Disponível em: <https://mtst.org/noticias/a-escola-da-revolucao/>. Acesso em: 12 out. 2023.

PINI, Francisca Rodrigues de Oliveira; MORAES, Célio Vanderlei (org.). **Educação, participação política e direitos humanos**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2011.

PONCHIROLI, Rafaela. **O que são movimentos sociais?** Politize, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/movimentos-sociais/>. Acesso em: 06 set. 2023.

ROLNIK, Raquel. **O que é a cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1995. (Coleção Primeiros Passos; 203).

ROLNIK, Raquel. **Paisagens para renda, paisagens para vida: disputas contemporâneas pelo território urbano**. *Indisciplinar, [S. l.]*, v. 5, n. 1, p. 18–43, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32741>. Acesso em: 2 maio 2024.

SANTOS, A. P., POLIDORI, M. C., Peres, O. M., & SARAIVA, M. V. **O lugar dos pobres nas cidades: exploração teórica sobre periferização e pobreza na produção do espaço urbano Latino-Americano**. *Urbe. Revista Brasileira De Gestão Urbana*, 9(3), 430–442, 2017. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.009.003.A004>

SANTOS, Elias Antonio Batista; DOS SANTOS AMARAL, Sarah Sousa; DO NASCIMENTO, Erlan Rocha. **Reflexões sobre a urbanização brasileira: o caso de Vitória da Conquista (BA)**. *Revista de História da UEG*, v. 12, n. 01, p. e212304-e212304, 2023.

SANTOS, Milton. (1993). **A Urbanização Brasileira**. São Paulo, Edusp, 5. ed. Coleção Milton Santos.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos teórico e metodológico da geografia**. Hucitec. São Paulo 1988.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec. Acesso em: 17 fev. 2024, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**, Record, Rio de Janeiro, 2011.

SANTOS, Otávio Augusto Alves dos. **Em busca de territórios autônomos: as práticas espaciais do movimento dos trabalhadores sem-teto na região metropolitana do Recife**. Recife: 2012.

SANTOS, Paulo Henrique Alves dos; GOULART, Débora Cristina. **Formação no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto: uma análise de seu projeto político**. Formação no Movimento, 2016.

SANTOS, Weslainy Lemos. As transformações da paisagem urbana ao longo do Rio Poxim em Aracaju-SE. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/15772> Acesso em: 06 de jun. 2024.

SCHERER-WARREN, Ilse. LUCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Movimentos Sociais e Participação: abordagens e experiências do Brasil e América Latina**. Um Ensaio de Interpretação Sociológica. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos Sociais*. Um Ensaio de Interpretação Sociológica. Florianópolis: Editora da UFSC, 3. ed., 1989.

SILVA, Gabrielle Andrade da. **Karl Marx e os movimentos sociais: Uma análise sobre os conceitos desenvolvidos pelo pensamento marxista**. Revista Movimentos Sociais. Vol. 01, num. 01, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://redelp.net/index.php/rms/article/download/248/238>. Acesso em: 06 set. 2023.

SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos; RAFAEL, Rud. **MTST 20 anos de história: Luta, organização e esperança nas periferias do Brasil**. São Paulo: Autonomia literária, 2017.

SOUZA, Maria Caroline Silva. **A luta pelo direito à cidade do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) no Rio de Janeiro**. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. Agosto, 2019. São Luís-MA. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1692_16925cca60fc579b6.pdf. Acesso em: 11 out. 2023.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Invest. Geog**, Ciudad de México, n. 54, p. 114-139, agosto 2004. Disponível em http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-46112004000200008&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 10 jun. 2024.

STRECK, D. R. Uma pedagogia do movimento: Os movimentos sociais na obra de Paulo Freire. **Revista de Educação Pública**, [S. l.], v. 18, n. 36, p. 165–177, 2012. DOI: 10.29286/rep.v18i36.529. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/529>. Acesso em: 04 ago. 2024.